

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	78
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	214.243
Preferenciais	65.055
Total	279.298
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.875.965	2.650.883
1.01	Ativo Circulante	554.043	532.117
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.398	30.636
1.01.02	Aplicações Financeiras	101.371	155.808
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	101.371	155.808
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	101.371	155.808
1.01.03	Contas a Receber	343.932	307.267
1.01.03.01	Clientes	343.932	307.267
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	372.858	333.443
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-47.137	-44.862
1.01.03.01.03	Contas Receber - Acordos	18.211	18.686
1.01.04	Estoques	12.126	5.896
1.01.04.01	Almoxarifado	12.126	5.896
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.263	15.614
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.263	15.614
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	40.152	376
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	15.111	15.238
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.763	696
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.190	16.200
1.01.08.03	Outros	23.190	16.200
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	4.410	6.969
1.01.08.03.03	Outros Créditos	18.780	9.231
1.02	Ativo Não Circulante	2.321.922	2.118.766
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	743.125	536.923
1.02.01.03	Contas a Receber	127.127	129.943
1.02.01.03.01	Clientes	62.304	61.743
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	64.823	68.200
1.02.01.06	Tributos Diferidos	247.060	275.816
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	247.060	275.816
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	368.938	131.164
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-113.941	-118.410
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	28.678	23.430
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	28.453	24.511
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro de Concessão	425.748	201.531
1.02.01.09.09	Outros Créditos	0	102
1.02.02	Investimentos	645	647
1.02.03	Imobilizado	888	1.144
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	888	1.144
1.02.04	Intangível	1.577.264	1.580.052
1.02.04.01	Intangíveis	1.577.264	1.580.052
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.577.264	1.580.052

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.875.965	2.650.883
2.01	Passivo Circulante	831.573	682.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.429	2.608
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.429	2.608
2.01.02	Fornecedores	492.783	426.723
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	492.783	426.723
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.838	40.906
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	57.845	22.342
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.308	1.460
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	22.537	20.882
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17.993	18.564
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	17.993	18.564
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.440	41.002
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	51.990	40.448
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	51.990	38.587
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.861
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	450	554
2.01.05	Outras Obrigações	169.612	128.539
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.474	12.554
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.474	12.554
2.01.05.02	Outros	168.138	115.985
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.496	2
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.227	1.817
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	22.890	21.499
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	18.821	23.163
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	16.736	19.146
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	48.968	50.358
2.01.06	Provisões	39.471	42.959
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	39.471	42.959
2.01.06.01.05	Provisões para Litígios e Contingências	39.471	42.959
2.02	Passivo Não Circulante	1.094.787	1.143.139
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	637.674	626.093
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	637.252	625.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	637.252	625.387
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	422	706
2.02.02	Outras Obrigações	438.057	496.588
2.02.02.02	Outros	438.057	496.588
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	11.814	9.727
2.02.02.02.06	Outros Tributos a Pagar	3.462	5.596
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	1.356	3.382
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	7.157	5.454
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	58	608
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	1.362	479
2.02.02.02.13	Dividendos Declarados	412.848	471.342
2.02.04	Provisões	19.056	20.458
2.02.04.02	Outras Provisões	19.056	20.458

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.04	Provisões para Litígios e Contingências	19.056	20.458
2.03	Patrimônio Líquido	949.605	825.007
2.03.01	Capital Social Realizado	433.236	433.236
2.03.02	Reservas de Capital	-2.577	-2.628
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.915	1.864
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos	2.475	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	384.305	384.305
2.03.04.01	Reserva Legal	36.028	36.028
2.03.04.02	Reserva Estatutária	175.481	175.481
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	172.796	172.796
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	109.476	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.165	10.094

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	588.747	1.704.694	493.349	1.496.642
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-526.445	-1.497.680	-397.179	-1.194.135
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-223.756	-662.265	-146.412	-505.390
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinifa	-10.210	-31.222	-8.770	-26.250
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-86.672	-230.324	-65.267	-178.367
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-993	-2.981	-994	-2.911
3.02.07	Pessoal e Administradores	-24.548	-70.806	-23.599	-66.905
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.137	-5.315	-2.205	-6.727
3.02.09	Serviços de terceiros	-35.590	-100.769	-33.935	-95.878
3.02.10	Material	-2.665	-7.717	-2.619	-7.247
3.02.11	Custo de Construção	-112.720	-284.874	-71.325	-184.018
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.367	-2.917	-3.987	-6.804
3.02.13	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	-2.572	-9.296	-2.009	-9.987
3.02.16	Depreciação e Amortização	-30.008	-85.495	-28.843	-85.260
3.02.17	Outras Receitas e Custos	2.059	-3.699	-7.214	-18.391
3.03	Resultado Bruto	62.302	207.014	96.170	302.507
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.302	207.014	96.170	302.507
3.06	Resultado Financeiro	-8.767	-41.791	-20.041	-71.851
3.06.01	Receitas Financeiras	15.034	41.782	15.256	42.774
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.801	-83.573	-35.297	-114.625
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-24.175	-77.633	-29.845	-108.174
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	374	-5.940	-5.452	-6.451
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.535	165.223	76.129	230.656
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.050	-55.747	-26.483	-78.175
3.08.01	Corrente	-10.698	-34.754	-3.706	-24.638
3.08.02	Diferido	-7.352	-20.993	-22.777	-53.537
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.485	109.476	49.646	152.481
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.485	109.476	49.646	152.481

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	105,68108	371,37425	156,53216	525,80086
3.99.01.02	PN	198,75791	464,45109	249,60900	618,87770
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	105,68108	371,37425	156,53216	525,80086
3.99.02.02	PN	198,75791	464,45109	249,60900	618,87770

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	35.485	109.476	49.646	152.481
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.755	15.071	954	3.353
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	13.266	22.835	1.444	5.080
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	-4.511	-7.764	-490	-1.727
4.03	Resultado Abrangente do Período	44.240	124.547	50.600	155.834

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	238.284	223.206
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	300.698	388.333
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	109.476	152.481
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	85.495	85.260
6.01.01.03	Varição Monetária e Cambial, Líquidas	9.122	6.763
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.917	6.804
6.01.01.05	Provisão (Reversão) de Litígios e Contingências	12.632	20.917
6.01.01.06	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	51.377	63.202
6.01.01.07	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-11.796	-11.981
6.01.01.08	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	20.431	11.297
6.01.01.09	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	20.993	53.537
6.01.01.10	Ações e Opções de Ações Outorgadas	51	53
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-62.414	-165.127
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-45.087	-40.282
6.01.02.02	Contas a receber - Acordos	3.852	5.379
6.01.02.03	Almoxarifado	-6.230	-1.270
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-37.731	-21.269
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	-3.815	-1.409
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.067	-2.872
6.01.02.07	Devedores Diversos	2.559	1.344
6.01.02.08	Outros Créditos	2.329	13.310
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.179	-645
6.01.02.10	Fornecedores	66.060	-43.529
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	33.848	24.743
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	-1.742	-6.309
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	10.405	8.989
6.01.02.14	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-37.908	-77.114
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	841	3.062
6.01.02.16	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	-6.368	2.923
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	-1.990	-392
6.01.02.18	Outras Obrigações	-7.589	-11.855
6.01.02.19	Pagamento de Litígios e Contingências	-17.522	-18.767
6.01.02.20	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	-11.080	836
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-267.085	-222.825
6.02.01	Adições de Imobilizado e Intangível	-308.429	-207.229
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	3.943	12.167
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-967.784	-905.533
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.009.789	879.758
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-4.604	-1.988
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	11.563	10.706
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos	29.221	26.873
6.03.04	Amortização de Principal de Empréstimos	-17.448	-15.643
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-210	-524
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.238	11.087

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.636	22.933
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.398	34.020

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	433.236	-2.628	384.305	0	10.094	825.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.236	-2.628	384.305	0	10.094	825.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	51	0	0	0	51
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	51	0	0	0	51
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.476	15.071	124.547
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.476	0	109.476
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	15.071	15.071
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	22.835	22.835
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-7.764	-7.764
5.07	Saldos Finais	433.236	-2.577	384.305	109.476	25.165	949.605

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	433.236	-2.696	366.025	0	5.812	802.377
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.236	-2.696	366.025	0	5.812	802.377
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	53	-169.515	0	0	-169.462
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	53	0	0	0	53
5.04.06	Dividendos	0	0	-169.515	0	0	-169.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	152.481	3.353	155.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	152.481	0	152.481
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.353	3.353
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	5.080	5.080
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-1.727	-1.727
5.07	Saldos Finais	433.236	-2.643	196.510	152.481	9.165	788.749

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	2.531.253	2.281.608
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.233.612	2.064.145
7.01.02	Outras Receitas	15.684	40.249
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	284.874	184.018
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.917	-6.804
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.421.336	-1.096.445
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.013.093	-779.302
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-112.620	-107.116
7.02.04	Outros	-295.623	-210.027
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-10.749	-26.009
7.02.04.02	Construção de Ativos Próprios	-284.874	-184.018
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.109.917	1.185.163
7.04	Retenções	-85.495	-85.260
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-85.495	-85.260
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.024.422	1.099.903
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.782	42.774
7.06.02	Receitas Financeiras	41.782	42.774
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.066.204	1.142.677
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.066.204	1.142.677
7.08.01	Pessoal	63.499	61.895
7.08.01.01	Remuneração Direta	44.716	39.833
7.08.01.02	Benefícios	8.684	11.301
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.099	10.761
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	808.525	812.486
7.08.02.01	Federais	356.485	392.465
7.08.02.02	Estaduais	451.751	419.771
7.08.02.03	Municipais	289	250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	84.704	115.815
7.08.03.01	Juros	83.573	114.625
7.08.03.02	Aluguéis	1.131	1.190
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.476	152.481
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.476	152.481

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho - Aes Sul

Em milhares de reais

	9M12	9M11	VARIAÇÃO (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.704.694	1.496.642	13,9%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.497.680)	(1.194.135)	25,4%
RESULTADO DO SERVIÇO	207.014	302.507	-31,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(41.791)	(71.851)	-41,8%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	165.223	230.656	-28,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(55.747)	(78.175)	-28,7%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	109.476	152.481	-28,2%

O lucro líquido auferido pela AES Sul para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 109.476, resultado R\$43.005 ou 28,2% inferior ao obtido nove meses findo em 30 de setembro de 2011, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento da receita operacional líquida no montante de R\$ 208.052, ou 13,9% justificado pelos seguintes fatores:
 - Reajuste tarifário médio de 6,38% a partir de 19 de abril de 2012;
 - Redução do mercado cativo, justificado pela classe industrial que apresentou queda no consumo de aproximadamente 14,5%, prejudicado pelo desempenho fraco da economia regional e pela migração para clientes livres, compensado pelo aumento de consumo das classes residencial, comercial e rural, devido ao clima atípico, com temperaturas elevadas e estiagem.
 - Bom desempenho dos clientes livres no período, que tiveram um aumento de 112,1% da demanda, devido à migração de novos clientes ao ambiente de contratação livre;
 - Aumento da receita com energia no curto prazo, que é explicada pela diferença dos preços e volumes médios de energia excedente vendida no mercado de curto prazo entre os períodos;
 - Aumento na receita de construção de R\$ 100.856, o que significa maiores investimentos da Companhia para o período.
- As deduções totalizaram R\$ 829.476, acréscimo de R\$ 37.706 em relação ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, devido aos encargos tributários proporcionais ao crescimento da receita bruta, principalmente do ICMS, compensado pela redução do encargo setorial CCC - Conta de consumo de combustível, que teve reajuste homologado pela ANEEL em abr/12, aproximadamente 45,6% inferior a quota aprovada em abr/11.
- Crescimento de R\$ 303.545 ou 25,4% dos custos e despesas operacionais conforme informados a seguir:
 - A “Parcela A”, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia, apresentou aumento de 30% ou R\$ 213.874. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:
 - (i) Reajuste de preços contratuais, impactando principalmente os contratos de CCEAR, cujas tarifas médias aumentaram 30%;
 - (ii) Aumento dos custos com energia elétrica na comercialização CCEE, devido à diferença dos preços e volumes médios de energia comprada no mercado de curto prazo entre os períodos

Comentário do Desempenho

e também devido ao atraso na operação das usinas do 6º leilão de energia nova, o que gerou aumento da exposição no curto prazo para o período;

- (iii) Variação cambial entre os períodos, influenciando o custo da energia comprada de Itaipu.
 - (iv) Reajuste das tarifas dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição.
- A “Parcela B”, correspondente aos custos gerenciáveis da Companhia, totalizou R\$ 570.888 nos 9M12, superior em R\$ 89.671 em relação ao mesmo período de 2011. Tal variação se deve ao maior nível de investimentos na infraestrutura da concessão impactando diretamente no aumento do custo de construção, crescimento das despesas com pessoal devido ao acordo coletivo de novembro de 2011, aumento com serviços de terceiros, compensado pela redução de despesas com PCLD, efeito do recebimento de precatórios de prefeituras municipais.
 - O resultado financeiro resultou numa despesa financeira líquida de R\$ 41.791 nos 9M12, montante inferior em R\$ 30.060 ou 41,8% em relação aos 9M11. O melhor desempenho do resultado financeiro de 2012 é explicado principalmente pela redução da despesa com encargos de dívida, que se deve em função da redução do CDI, que por sua vez é o indexador do principal empréstimo da Companhia, efeito dos juros sobre o convênio de iluminação pública junto às prefeituras municipais, registrado no mesmo período de 2011 e redução de multas regulatórias.
 - Redução no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$ 22.428 ou 28,7% devido à diminuição de base do lucro tributável do período conforme descrito nos itens anteriores.

1. Informações Gerais

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. e indiretamente pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e tem como objetivo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica para 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 14º andar, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº 26, faturou 6.102 GWh e 6.168 GWh nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, respectivamente, atendendo a aproximadamente 1,2 milhão de clientes em 30 de setembro de 2012 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/1997 foi assinado em 06 de novembro de 1997 e tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária da Companhia tem data prevista para ocorrer em abril de 2013.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais (“ITR”) em 29 de outubro de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (“informações contábeis”) da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

Notas Explicativas

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

A Companhia está apresentando suas demonstrações do resultado dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 no formato estabelecido pelo Despacho nº 4.991 da ANEEL, emitido em 29 de dezembro de 2011, que consiste principalmente na apresentação das demonstrações do resultado por natureza de gastos e não por função. As alterações ocorridas na apresentação da demonstração do resultado resultaram em algumas alterações nas demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. Desse modo, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica, negociados entre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

3. Sumário das Práticas Contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.24 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

<u>Tipo de Operação</u>	<u>30.9.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Numerário disponível	5.818	9.279
Numerário em trânsito	7.580	5.166
Operações compromissadas (I)	-	16.191
	13.398	30.636

Investimentos de curto prazo:

<u>Tipo de Operação</u>	<u>30.9.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
CDB-DI (I)	32.357	49.155
Operações compromissadas (I)	69.014	106.653
	101.371	155.808

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados, em média, a 101,73% do CDI no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (101,14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia não mantinha linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

Notas Explicativas

5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A composição da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias é a seguinte:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Consumidores:		
Faturados	199.958	184.125
Não faturados	110.102	109.692
Outros	286	1.563
Suprimento de energia elétrica	1.176	1.360
Encargos de uso da rede	5.565	5.498
Comercialização no CCEE - nota nº 37.1.1	55.771	31.205
Exposição decorrente de preços entre submercados - nota nº 37.1.2	437.800	437.800
Provisão para perda com créditos referentes à exposição decorrente de preços entre submercados - nota nº 37.1.2	(437.800)	(437.800)
Total circulante	372.858	333.443
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores	60.181	59.620
Concessionárias e permissionárias	2.123	2.123
Total não circulante	62.304	61.743
	435.162	395.186

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias abertos por classe é como segue:

	30.9.2012			Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	46.311	35.249	7.377	88.937	(8.407)	80.530
Industrial	7.374	9.586	13.406	30.366	(6.756)	23.610
Comercial e serviços	17.044	9.137	18.908	45.089	(17.471)	27.618
Rural	4.800	2.405	6.159	13.364	(3.965)	9.399
<u>Poder público:</u>						
Federal	1.058	784	53	1.895	-	1.895
Estadual	1.836	322	92	2.250	-	2.250
Municipal	1.682	1.082	3.891	6.655	-	6.655
Iluminação pública	334	117	4.014	4.465	-	4.465
Serviço público	6.452	467	18	6.937	-	6.937
Subtotal	86.891	59.149	53.918	199.958	(36.599)	163.359
Não faturado	110.102	-	-	110.102	-	110.102
Outros	286	-	-	286	-	286
Total	197.279	59.149	53.918	310.346	(36.599)	273.747
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Suprimento de energia elétrica	1.176	-	-	1.176	-	1.176
Encargos de uso da rede	5.565	-	-	5.565	-	5.565
Total	6.741	-	-	6.741	-	6.741
Total - CIRCULANTE	204.020	59.149	53.918	317.087	(36.599)	280.488
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
<u>Poder público:</u>						
Federal	-	-	38	38	(36)	2
Estadual	-	-	40	40	(34)	6
Municipal	-	-	6.101	6.101	(6.153)	(52)
Iluminação pública	-	-	53.989	53.989	(52.240)	1.749
Serviço público	-	-	13	13	(13)	-
Total	-	-	60.181	60.181	(58.476)	1.705
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Outros	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total - NÃO CIRCULANTE	2.123	-	60.181	62.304	(58.476)	3.828
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	206.143	59.149	114.099	379.391	(95.075)	284.316

Notas Explicativas

	31.12.2011					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	47.101	30.159	6.034	83.294	(7.047)	76.247
Industrial	6.528	7.830	12.238	26.596	(7.405)	19.191
Comercial e serviços	17.664	7.377	16.861	41.902	(16.152)	25.750
Rural	10.187	2.965	5.204	18.356	(3.075)	15.281
<u>Poder público:</u>						
Federal	696	75	51	822	-	822
Estadual	1.550	139	60	1.749	-	1.749
Municipal	1.330	509	3.186	5.025	-	5.025
Iluminação pública	26	5	861	892	-	892
Serviço público	5.102	350	37	5.489	-	5.489
Subtotal	90.184	49.409	44.532	184.125	(33.679)	150.446
Não faturado	109.692	-	-	109.692	-	109.692
Outros	876	364	323	1.563	-	1.563
Total	200.752	49.773	44.855	295.380	(33.679)	261.701
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Suprimento de energia elétrica	1.360	-	-	1.360	-	1.360
Encargos de uso da rede	5.498	-	-	5.498	-	5.498
Total	6.858	-	-	6.858	-	6.858
Total - CIRCULANTE	207.610	49.773	44.855	302.238	(33.679)	268.559
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
<u>Poder público:</u>						
Federal	-	-	36	36	(35)	1
Estadual	-	-	51	51	(49)	2
Municipal	-	-	5.361	5.361	(5.299)	62
Iluminação pública	-	-	54.160	54.160	(52.830)	1.330
Serviço público	-	-	12	12	(12)	-
Total	-	-	59.620	59.620	(58.225)	1.395
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Outros	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total - NÃO CIRCULANTE	2.123	-	59.620	61.743	(58.225)	3.518
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	209.733	49.773	104.475	363.981	(91.904)	272.077

O contas a receber apresentado acima é classificado como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensurado pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Sobre o valor das faturas vencidas incidem juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestação de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação a infraestrutura da concessão.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas classes, objetivando a redução dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vencidos.

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota nº 9.

Notas Explicativas

6. Tributos a Recuperar

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	10.915	315
Imposto de renda	28.786	25
Imposto de renda retido na fonte	451	36
Total	40.152	376
Outros tributos compensáveis	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	14.649	14.855
Cofins	367	309
Pis	26	14
Outros	69	60
Total	15.111	15.238
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	25.178	21.190
Cofins	2.531	2.666
Pis	550	460
Outros	194	195
Total	28.453	24.511

(*) O saldo do ICMS a recuperar refere-se basicamente aos créditos originados na aquisição de bens do ativo imobilizado e do ativo intangível de concessão, os quais são compensados com os débitos gerados nas operações normais da Companhia. Os créditos de bens são reconhecidos inicialmente pelo seu valor presente e mensurados subsequentemente pelo método do custo amortizado.

7. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	Balço Patrimonial		Resultado	
	30.9.2012	31.12.2011	30.9.2012	30.9.2011
Provisão para contingências	15.506	15.892	(386)	(1.868)
Despacho nº 288	127.140	127.140	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	39.693	52.759	(13.066)	(67)
Ajustes da Lei 11.638 (*)	(3.594)	(4.238)	644	(308)
Variação cambial	(4.571)	(3.005)	(1.566)	129
Outras diferenças temporais	16.232	13.680	2.552	(81)
Prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	399.854	414.787	(15.170)	(10.797)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(55.231)	(61.040)	5.809	(41.242)
Atualização do ativo financeiro	(12.964)	(5.200)	-	-
Outros	(3.480)	(3.670)	190	697
Resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos			(20.993)	(53.537)
Total do ativo fiscal diferido	518.585	547.105		
Valor ativo fiscal diferido não reconhecido pela limitação de registro contábil da Instrução CVM nº 371/02	(271.525)	(271.289)		
Total do ativo fiscal diferido registrado	247.060	275.816		
Reconciliação do ativo fiscal diferido				
Saldo de abertura	275.816			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre atualização do ativo financeiro reconhecidos no patrimônio líquido	(7.763)			
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(20.993)			
Saldo final	247.060			

Notas Explicativas

(*) Composto principalmente do ajuste a valor presente do ICMS – CIAP, arrendamento mercantil e do diferimento dos custos de transação oriundos das cédulas de crédito bancário do Unibanco.

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, os tributos diferidos ativos registrados devem estar suportados por um estudo técnico que demonstre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a sua realização. A Companhia elaborou esse estudo técnico, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	30.9.2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2012	12.795	4.606	17.401
2013	(8.728)	(3.142)	(11.870)
2014	3.424	1.233	4.657
2015	19.841	7.143	26.984
2016	23.544	8.476	32.020
2017 a 2019	73.712	26.536	100.248
2020 a 2021	57.074	20.546	77.620
Total do ativo fiscal diferido registrado (Até 10 anos)	181.662	65.398	247.060
2022	34.837	12.541	47.378
2023 a 2025	71.329	25.678	97.007
2026 a 2027	93.485	33.655	127.140
Total do ativo fiscal diferido	381.313	137.272	518.585

A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada perda na realização desses créditos. Em 2013, o montante credor é em função do resultado registrado dos ativos e passivos regulatórios, devido ao prazo de sua realização, que ocorrerá no próximo ciclo tarifário da Companhia, ou seja, 19 de abril de 2013 a 18 de abril de 2014

Notas Explicativas

8. Contas a Receber – Acordos e Outras Contas a Receber

A composição do saldo do contas a receber – acordos é como segue:

	30.9.2012			31.12.2011		
	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido
<u>CIRCULANTE</u>						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	10.546	(10.538)	8	11.183	(11.183)	-
Consumidores	7.665	-	7.665	7.503	-	7.503
Total	18.211	(10.538)	7.673	18.686	(11.183)	7.503
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	38.471	(37.429)	1.042	44.401	(43.511)	890
Consumidores	26.352	(18.035)	8.317	23.799	(16.674)	7.125
Total	64.823	(55.464)	9.359	68.200	(60.185)	8.015
Total geral	83.034	(66.002)	17.032	86.886	(71.368)	15.518

(*) PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota nº 9.

9. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de origem	Saldo em 31.12.2011	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 30.9.2012
<u>CIRCULANTE</u>					
Consumidores - nota nº 5	(33.679)	(10.344)	292	7.132	(36.599)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota nº 8	(11.183)	(706)	1.351	-	(10.538)
Total	(44.862)	(11.050)	1.643	7.132	(47.137)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Consumidores - nota nº 5	(58.225)	(857)	605	-	(58.477)
Contas a receber - acordos - Consumidores - nota nº 8	(16.674)	(1.407)	46	-	(18.035)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota nº 8	(43.511)	-	6.082	-	(37.429)
Total	(118.410)	(2.264)	6.733	-	(113.941)
Total Geral	(163.272)	(13.314)	8.376	7.132	(161.078)

10. Outros Créditos

A composição do saldo de outros créditos é como segue:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Clientes diversos	2.612	2.793
Cauções e depósitos vinculados (*)	14.699	6.081
Programa de eficiência energética	387	356
Outros	1.082	1
Total	18.780	9.231
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Programa de eficiência energética	-	102
Total	-	102

Notas Explicativas

(*) Em 30 de setembro de 2012, a Companhia ofereceu como garantia para o mercado de curto prazo da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e para Leilão de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$ 14.413, para cumprir exigências de compra de energia elétrica.

11. Contratos de Concessão Público – Privado

	30.9.2012	31.12.2011
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro de concessão	425.748	201.531
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível de concessão - nota nº 13	1.577.264	1.580.052
Total contratos de concessão público - privado	<u>2.003.012</u>	<u>1.781.583</u>

O ICPC 01 (IFRIC 12) *Contratos de concessão* estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Características do Contrato de Concessão da Companhia

Em 06 de novembro de 1997, a Companhia e o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 *Contratos de Concessão* foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

Notas Explicativas

Conforme descrito na nota nº 34.5.2.4.3, o reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 19 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos.

Medida Provisória 579 e Decreto Lei 7.805

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

Conforme noticiado pelo Governo essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) Eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirão para a redução das tarifas finais em 7% e;
- (ii) Definição de condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A Companhia passará por uma revisão tarifária extraordinária em fevereiro de 2013 com o objetivo de refletir as reduções estabelecidas na MP 579, redução dos encargos setoriais CCC, CDE e RGR e redução das tarifas de transmissão e geração, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013.

A redução da tarifa em função da MP 579 não deverá trazer impactos para a Companhia, tendo em vista que as alterações afetarão o custo de compra de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

Esta Medida Provisória encontra-se em análise no Congresso Nacional e é passível de alterações no momento em que for convertida em Lei. A Administração da Companhia manterá a divulgação nas suas demonstrações financeiras futuras, dos eventuais efeitos que lhe sejam relevantes, na medida em que sejam divulgadas informações adicionais pelos agentes públicos.

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo financeiro de concessão é como segue:

	Ativo financeiro de concessão	Atualização do ativo financeiro de concessão	(-) Obrigações especiais	Atualização das obrigações especiais	Total do ativo financeiro de concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.178	16.121	(7.940)	(828)	201.531
Baixas	(2.148)	-	-	-	(2.148)
Atualização	-	23.739	-	(904)	22.835
Transferência proveniente do ativo intangível de concessão	106.672	-	(4.606)	-	102.066
Transferência proveniente do ativo intangível de concessão (*)	101.464	-	-	-	101.464
Saldo em 30 de setembro de 2012	400.166	39.860	(12.546)	(1.732)	425.748

(*) A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 5,14% para 4,77% e conseqüentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. Desse modo, a Companhia registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$101.464, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

12. Imobilizado – Arrendamento Mercantil

No grupo do ativo imobilizado, são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	30.9.2012	31.12.2011
<u>Em Serviço</u>			
<u>Custo histórico</u>			
Arrendamento financeiro		3.751	3.976
<u>Depreciação e amortização</u>			
Arrendamento financeiro	25%	(2.863)	(2.832)
Total do imobilizado		888	1.144

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento financeiro referem-se basicamente a equipamentos de informática.

Notas Explicativas

13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>Intangível:</u>		
<u>Ativo intangível concessão</u>		
Intangível de concessão	1.084.350	1.079.527
Amortização	(182.156)	(152.620)
Ativo intangível de concessão em curso	245.856	202.417
Subtotal	1.148.050	1.129.324
<u>Outros intangíveis de concessão (*)</u>		
Aquisição de direito de concessão	802.164	802.164
Amortização	(372.950)	(351.436)
Subtotal	429.214	450.728
Total do ativo intangível	1.577.264	1.580.052

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

(*) Os outros intangíveis decorrem da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda. em 29 de maio de 1998, anteriormente classificados como ágio da aquisição do Contrato de Concessão de distribuição de energia elétrica registrada de acordo com o seu fundamento econômico.

A movimentação do ativo intangível de concessão e dos outros intangíveis de concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço			Ativo intangível	Amortização Acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais	Aquisição de direito de concessão			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	220.157	(17.740)	1.214.832	(135.307)	802.164	2.084.106	(504.054)	1.580.052
Adições	305.705	(3.943)	2.725	-	-	304.487	(91.265)	213.222
Baixas	-	-	(52.693)	-	-	(52.693)	34.124	(18.569)
Amortização das obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	6.089	6.089
Transferência para o ativo intangível em serviço	(171.886)	15.629	171.886	(15.629)	-	-	-	-
Transferência para o ativo financeiro de concessão	(106.672)	4.606	-	-	-	(102.066)	-	(102.066)
Transferência para o ativo financeiro de concessão (*)	-	-	(101.464)	-	-	(101.464)	-	(101.464)
Saldo em 30 de setembro de 2012	247.304	(1.448)	1.235.286	(150.936)	802.164	2.132.370	(555.106)	1.577.264

(*) Vide movimentação do ativo financeiro de concessão – nota nº 11.

Notas Explicativas

14. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	30.9.2012	31.12.2011
Suprimento e Transmissão:		
Comercialização no CCEE - nota nº 37.1.1	220.049	196.566
Eletrobrás – Repasse de Itaipu	44.695	35.225
Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE	-	1.091
Leilão - CCEAR	85.308	83.182
MCS D - Trocas livres	19.635	3.643
Encargos de conexão	7.860	2.632
Transporte Itaipu	2.188	2.022
Uso da transmissão - Outros	24.663	27.365
Uso da transmissão - ESS - nota nº 37.1.1	24.366	16.441
Subtotal	428.764	368.167
Materiais e Serviços	64.019	58.556
Total	492.783	426.723

Parte do saldo a pagar junto a CCEE é referente à publicação do Despacho nº 288 (Vide nota nº 37.1).

15. Tributos a Pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social - CSLL	9.531	729
Imposto de renda - IRPJ	25.777	731
Total	35.308	1.460
Outros tributos a pagar	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos e contribuições sociais parcelados (a)	2.968	2.920
Cofins	10.200	11.063
Pis	2.215	2.402
INSS	4.210	1.493
FGTS	357	566
Outros	2.587	2.438
Total	22.537	20.882
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Tributos e contribuições sociais parcelados (a)	3.462	5.596
Total	3.462	5.596

a) Tributos e contribuições sociais parcelados

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, migrando o saldo remanescente do PAES (modalidade anterior de parcelamento), fazendo opção pelo pagamento em até 180 parcelas com aproveitamento

Notas Explicativas

de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para compensação de multas e juros. Também registrou os efeitos das reduções permitidas pela legislação e o crédito fiscal para compensação das multas e juros remanescentes após os descontos. O efeito no lucro líquido do 4º trimestre de 2009 foi positivo em aproximadamente R\$24.632.

Em junho de 2011 a Companhia não conseguiu concluir a consolidação do parcelamento da Lei 11.941/2009, tendo em vista que os débitos agrupados no processo do PAES não foram passíveis de inserção, por falha no sistema da Receita Federal do Brasil. Desta forma, efetuou a consolidação prevista nos artigos nºs 1 e 3 da Lei 11.941/09 de forma parcial, com os débitos que estavam disponíveis no sistema, em 61 parcelas indicando o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e protocolou petição solicitando a consolidação desses demais débitos de forma manual. Além da migração do saldo remanescente do PAES foi incluído o saldo remanescente de um parcelamento ordinário no montante de R\$1.774.

O saldo total de R\$ 6.430 registrado no balanço da Companhia demonstra o que se entende ser a dívida consolidada em 30 de setembro de 2012, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade	Forma	Valor Consolidado	Juros	Amortizações	Saldo 30.9.2012
Artº 1	Via site RFB	1.774	309	(678)	1.405
Artº 2	Via site RFB	2.853	104	(2.477)	480
Artº 3	Via petição (Manual)	27.002	982	(23.439)	4.545
		31.629	1.395	(26.594)	6.430

16. Empréstimos, Financiamentos, Encargos de Dívidas e Custos de Transação

16.1 O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>Encargos de Dívidas - CIRCULANTE</u>		
Moeda nacional	28.067	17.629
Total	28.067	17.629
<u>PRINCIPAL - CIRCULANTE</u>		
Moeda estrangeira	-	1.861
Moeda nacional	28.739	25.279
Custos de transação a amortizar	(2.139)	(1.950)
Subvenções governamentais	(2.227)	(1.817)
Total	24.373	23.373
<u>PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE</u>		
Moeda nacional	660.407	648.809
Custos de transação a amortizar	(10.919)	(12.989)
Subvenções governamentais	(11.814)	(9.727)
Total	637.674	626.093
Total geral	690.114	667.095

Notas Explicativas

Moeda Estrangeira		31.12.2011								
		Vencimento	Moeda	(% a.a.)		Circulante				
Instituições Financeiras / Credores		2012	US\$	12%		1.861				
Eletróbrás Itaipu - a.1		30.9.2012								
Moeda Nacional		Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Subvenções Governamentais		Custo de Transação a Amortizar	
Instituições Financeiras / Credores				Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e Financiamentos										
Consumidores - a.4	2013	IGP-M + 6,00%	-	6.999	-	-	-	-	-	
Eletróbrás - Luz para todos - a.2.1	2023	5,00%	-	6.836	48.921	(792)	(6.736)	-	-	
Eletróbrás - Finel - a.2.2	2016	5,00%	-	13.601	27.453	(1.184)	(3.403)	-	-	
BNDES - Finame - Banco Safra - a.5.1	2012	TJLP + 3,55%	1	210	-	-	-	-	-	
BNDES - Finame - Banco Itaú - a.5.2	2016	10,00%	6	423	1.234	-	-	-	-	
BNDES - Finame - Banco Itaú - a.5.3	2016	8,70%	33	85	2.978	-	-	-	-	
FINEP - a.7	2020	5,00%	22	135	10.774	(251)	(1.675)	-	-	
CCB - Unibanco - a.3	2018	CDI+1,77%	28.005	-	568.625	-	-	(2.139)	(10.919)	
Subtotal			28.067	28.289	659.985	(2.227)	(11.814)	(2.139)	(10.919)	
Leasing										
Arrendamento mercantil - a.6	2015	8,07% a 9,20%	-	450	422	-	-	-	-	
Subtotal			-	450	422	-	-	-	-	
Total			28.067	28.739	660.407	(2.227)	(11.814)	(2.139)	(10.919)	

Moeda Nacional		31.12.2011								
		Vencimento	Taxa efetiva	Dívida			Subvenções Governamentais		Custo de Transação a Amortizar	
Instituições Financeiras / Credores				Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e Financiamentos										
Consumidores - a.4	2012	IGP-M + 6,00%	-	6.594	-	-	-	-	-	-
Eletróbrás - Luz para todos - a.2.1	2022	5,00%	-	6.025	49.613	(614)	(5.395)	-	-	-
Eletróbrás - Finel - a.2.2	2016	5,00%	-	10.391	25.882	(1.203)	(4.332)	-	-	-
BNDES - Finame - Banco Safra - a.5.1	2012	TJLP + 3,55%	5	1.362	-	-	-	-	-	-
BNDES - Finame - Banco Itaú - a.5.2	2016	10,00%	5	353	1.551	-	-	-	-	
BNDES - Finame - Banco Itaú - a.5.3	2016	8,70%	4	-	2.432	-	-	-	-	
CCB - Unibanco - a.3	2018	CDI+1,77%	17.615	-	568.625	-	-	(1.950)	(12.989)	
Subtotal			17.629	24.725	648.103	(1.817)	(9.727)	(1.950)	(12.989)	
Leasing										
Arrendamento mercantil - a.6	2015	5,10% a	-	554	706	-	-	-	-	
Subtotal			-	554	706	-	-	-	-	
Total			17.629	25.279	648.809	(1.817)	(9.727)	(1.950)	(12.989)	

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros: (i) relação da dívida líquida com o Ebitda ajustado (*), (ii) Ebitda ajustado sobre Resultado Financeiro. Em 30 de setembro de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida captada junto ao Unibanco (Cédulas de crédito bancário - CCB).

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2012 foram atendidos.

(*) O EBITDA Ajustado é o EBITDA (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) despesas financeiras; (c) eventuais provisões ou outras despesas operacionais que não se configurem em saída de caixa a curto prazo registrados em relação a tal período e determinado em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e (ii) deduzidos todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade): receitas financeiras, e eventuais receitas operacionais que não se configurem em entrada de caixa a curto prazo registrados em relação a tal período e determinado em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros, são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta

Notas Explicativas

no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a.1) Eletrobrás - Itaipu

Em 19 de abril de 2004, a Companhia renegociou o saldo devedor junto à Eletrobrás referente às faturas em atraso relacionadas à compra de energia de Itaipu, transformando o perfil para dívida financeira no valor de US\$47.378 calculada na data de 14 de abril de 2004, quantia esta equivalente a R\$136.691, naquela data.

O prazo de vigência deste contrato é de 96 meses, com período de carência de 12 meses, sendo que o principal será pago em 84 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia de cada mês, com início em 30 de abril de 2005. O referido contrato prevê pagamentos mensais de juros com remuneração de 1% ao mês.

Em função da liquidação do saldo devedor junto a Eletrobrás em 30 de março de 2012, a Companhia realizou o levantamento dos montantes dados como garantia.

a.2) Eletrobrás

A Companhia possui atualmente duas linhas de financiamento com a Eletrobrás: “Eletrobrás - Luz Para Todos” e “Eletrobrás – Financiamento”.

Esses contratos de empréstimos captados junto a Eletrobrás têm as seguintes características:

a.2.1) Eletrobrás – Luz para Todos (*)

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos" concedeu à Companhia, crédito nos valores e datas demonstrados nas tabelas abaixo:

Notas Explicativas

Recursos	Data	Reserva Global de Reversão	Conta de Desenvolvimento Energético	Total
1ª Tranche	01/06/05	234	780	1.014
	11/01/06	1.121	3.736	4.857
	31/08/07	511	1.705	2.216
2ª Tranche	24/11/06	1.374	4.580	5.954
	19/12/07	1.832	6.107	7.939
	16/04/08	50	162	212
3ª Tranche	02/04/07	2.562	8.542	11.104
	21/01/08	1.708	5.695	7.403
	19/03/08	1.708	5.695	7.403
4ª Tranche	03/04/08	17.970	2.765	20.735
	25/09/08	11.980	1.843	13.823
	17/10/08	11.980	1.843	13.823
5ª Tranche	15/09/10	2.080	318	2.398
	05/05/10	4.555	701	5.256
	26/11/10	6.074	934	7.008
6ª Tranche	09/02/12	1.349	207	1.556
	31/03/11	1.447	223	1.670
	09/02/12	3.223	496	3.719
		71.758	46.332	118.090

Estes recursos são provenientes da CDE e da RGR. Os recursos da CDE são enquadrados como subvenção econômica, em razão de não haver a obrigatoriedade da devolução dos valores recebidos junto à Eletrobrás, desde que sejam cumpridas e atendidas todas as exigências contratuais. Já os recursos provenientes da RGR deverão ser pagos em prestações mensais.

O período de carência do principal é de 24 meses contados a partir de cada contrato e o prazo de amortização é de 120 meses.

a.2.2) Eletrobrás – Financiamento

A Eletrobrás concedeu à Companhia três linhas de financiamento para construção de linhas de transmissão, subestações e ampliação de subestações.

Os recursos destas linhas de financiamento são provenientes da RGR, e deverão ser pagos em prestações mensais. O período de carência destas linhas de financiamento é de 24 meses, com prazo de amortização de até 60 meses. Os contratos terão pagamentos mensais de juros.

Os saldos por contratos são demonstrados abaixo:

Data	Contrato	Saldo
24/07/06	2562	1.986
24/07/06	2566	3.197
01/07/09	2754	35.871
	Saldo da Dívida	41.054

Notas Explicativas

Ambos os empréstimos captados via Eletrobrás são de origem governamental e possuem taxas de juros contratuais inferiores às taxas praticadas no mercado e estão vinculados diretamente à aquisição de bens que compõem os ativos sob concessão. Desse modo, os subsídios presentes nas taxas de juros desses empréstimos são caracterizados como uma subvenção governamental (Vide nota nº 17).

a.3) CCB – Cédula de Crédito Bancário Unibanco

Em 28 de junho de 2006, a Companhia obteve empréstimo junto ao Unibanco no valor total de R\$650.000, cujos recursos foram destinados para o pagamento de parcela do saldo de juros das FRNs e para o resgate antecipado da totalidade de suas Debêntures em circulação.

Em 30 de setembro de 2010 o referido contrato foi aditivado no valor de R\$568.625, passando as 26 Cédulas Seriadas a serem registradas por uma única cédula de crédito bancário. As principais alterações foram: redução da taxa contratual de juros para CDI + 1,7% a.a (Taxa efetiva – CDI + 1,77% a.a.) e alteração do vencimento final para 01 de outubro de 2018, com período de carência de 48 meses para pagamento do valor principal. A Companhia pagou comissão de renegociação de 0,70% sobre o valor do contrato, no montante de R\$3.980 a qual foi capitalizada e está sendo amortizada ao longo do contrato.

O contrato prevê pagamentos semestrais de juros e a amortização será realizada em 5 parcelas anuais a partir do 48º mês.

O referido contrato prevê ainda, as seguintes garantias: penhor de ações de emissão da Companhia detidas pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., cessão fiduciária de determinados direitos creditórios e recursos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças. O valor dos direitos creditórios equivale a 15% do montante líquido da arrecadação proveniente do fornecimento de energia elétrica.

a.4) Consumidores

O empréstimo denominado “Consumidores” refere-se a convênios de devolução de valores, provenientes basicamente da expansão da rede de distribuição, adiantados pelos consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica, para financiar as suas ligações. Estes valores, até 1998, eram devolvidos em quatro anos a partir da data de conclusão da instalação, sem a incidência de juros ou atualizações monetárias. Os adiantamentos recebidos após o exercício de 1998 passaram a ser devolvidos no prazo de um ano, atualizados pela variação do IGP-M.

A partir de 2003, houve várias alterações regulatórias nas regras de participação financeira de obras destinadas ao atendimento de consumidores, sobretudo a

Notas Explicativas

publicação da Resolução n.º. 223 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que alterou os prazos e as modalidades de devoluções.

Assim, a partir de 29 de abril de 2003 as obras que se enquadram nos critérios da universalização, cujos recursos foram antecipados ou a obra tenha sido executada pelo interessado passarão a ter seus valores restituídos pela concessionária em 45 dias ou no final do ano previsto para universalização do Município, conforme o caso, atualizados pela variação mensal do IGP-M, acrescidos de juros a razão de 0,5 % ao mês, aplicáveis entre a data da ligação da unidade consumidora e a data da devolução.

a.5) BNDES - Finame

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía 3 linhas de financiamento dessa categoria, conforme segue:

a.5.1) BNDES – Finame - Banco Safra

Trata-se de contratos firmados com o Banco Safra para financiamento de equipamentos no montante de R\$210 cujo vencimento final se dará em 2012, com amortizações mensais do principal. A taxa de juros contratada é TJLP + 3,55% ao ano, sendo os juros pagos mensalmente.

a.5.2) BNDES – Finame – Banco Itaú

Em dezembro de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$1.904 para a compra de veículos cujo vencimento final será em 2016, com 54 amortizações mensais do principal, após a carência de 6 meses. A taxa de juros contratada é de 10,0% ao ano, sendo o pagamento de juros trimestral durante a carência, em seguida mensal.

a.5.3) BNDES – Finame – Banco Itaú

Em dezembro de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$2.432 para a compra de transformadores cujo vencimento final será em 2016, com 36 amortizações mensais do principal, após a carência de 24 meses. Em janeiro de 2012, houve a liberação adicional de um crédito no montante de R\$632. A taxa de juros contratada é de 8,7% ao ano, sendo o pagamento de juros trimestral durante a carência, em seguida mensal.

a.6) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se basicamente a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre

Notas Explicativas

pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de setembro de 2012, registrados pela Companhia era de R\$872 (R\$1.260 em 31 de dezembro de 2011) no passivo, e R\$888 (R\$1.144 em 31 de dezembro de 2011) no ativo. Este arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$450 até um ano e R\$422 até quatro anos. Os pagamentos de arrendamento mercantil foram de R\$210 durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

A garantia do arrendamento mercantil é o valor residual dos ativos, no montante de R\$888 em 30 de setembro de 2012 e de R\$1.144 em 31 de dezembro de 2011.

a.7) Financiadora de estudos e projetos - FINEP

Em março de 2012 a Companhia obteve um financiamento junto a FINEP no montante de R\$6.296 para o financiamento de projetos de inovação, cujo vencimento final será 2020, com 81 amortizações do principal após a carência de 20 meses. A taxa de juros contratada é de 5% ao ano, sendo o pagamento dos juros mensal durante e após a carência. Em julho de 2012 foi liberada mais uma parcela do financiamento no montante de R\$4.612.

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (Vide nota nº 17).

16.2 Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

a) Moeda estrangeira

	31.3.2012			31.12.2011		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	-	-	100,00	992	1.861	100,00
Total	-	-	100,00	992	1.861	100,00

Notas Explicativas

b) Moeda nacional

	30.9.2012		31.12.2011	
	R\$	%	R\$	%
IGPM	6.999	1,06	6.594	1,02
CDI	555.567	83,92	553.686	85,50
TJLP	210	0,03	1.362	0,21
Taxa fixa	99.271	14,99	85.963	13,27
Total	662.047	100,00	647.605	100,00

16.3 Em 30 de setembro de 2012, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Eletróbrás - Luz para todos	Eletróbrás - Finel	BNDES - Finame Itau	BNDES - Finame Itau	FINEP	CCB Unibanco	Custo de transação a amortizar	Arrendamento mercantil	Saldo Líquido
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2013	1.495	2.578	106	255	313	-	(1.361)	36	3.422
2014	5.976	7.631	423	1.021	1.237	113.725	(3.020)	144	127.137
2015	6.020	8.118	423	1.021	1.267	113.725	(2.534)	144	128.184
2016	6.090	5.723	282	681	1.317	113.725	(1.987)	98	125.929
2017	6.078	-	-	-	1.373	113.725	(1.881)	-	119.295
2018 a 2020	14.260	-	-	-	3.592	113.725	(136)	-	131.441
2021 a 2023	2.266	-	-	-	-	-	-	-	2.266
	42.185	24.050	1.234	2.978	9.099	568.625	(10.919)	422	637.674

16.4 A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	30.9.2012	31.12.2011	30.9.2012	31.12.2011
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,0306	1,8758	8,25	12,58
TJLP (*)	-	-	5,87	6,00
IGP-M (*)	-	-	8,07	5,10
CDI (**)	-	-	7,36	10,87

(*) Índice acumulado nos últimos doze meses.

(**) Índice do último dia do período.

16.5 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 31.12.2011	Ingressos	Provisão	Varição	Pagamentos	IRRF	Outros	Baixas	Amortização - Custos de empréstimos	Subvenções Governamentais (*)	Saldo Final 30.9.2012
Eletróbrás Itaipu	1.861	-	17	(110)	(1.768)	-	-	-	-	-	-
Consumidores	6.594	-	411	-	(1.517)	-	1.511	-	-	-	6.999
Eletróbrás - Luz para todos	49.629	4.572	2.163	-	(6.183)	(433)	-	-	-	(1.519)	48.229
Eletróbrás - Finel	30.738	13.110	1.299	-	(9.368)	(260)	-	-	-	948	36.467
BNDES - Finame - Banco Safra	1.367	-	54	-	(1.210)	-	-	-	-	-	211
BNDES - Finame - Banco Itau	1.909	-	132	-	(378)	-	-	-	-	-	1.663
BNDES - Finame - Banco Itau	2.436	631	197	-	(168)	-	-	-	-	-	3.096
FINEP	-	10.908	214	-	(191)	-	-	-	-	(1.926)	9.005
CCB - Unibanco	571.301	-	44.963	-	(34.573)	-	-	-	1.881	-	583.572
Arrendamento mercantil	1.260	91	46	-	(210)	-	-	(315)	-	-	872
Total	667.095	29.312	49.496	(110)	(55.566)	(693)	1.511	(315)	1.881	(2.497)	690.114

(*) A movimentação das subvenções governamentais está demonstrada na nota nº 17.

Notas Explicativas

17. Subvenções Governamentais

Conforme mencionado na nota nº16, a Companhia possui atualmente três linhas de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, dentre eles: Eletrobrás – “Luz para Todos”, Eletrobrás – “Finel” e “FINEP”. A realização dessas subvenções governamentais ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para o Programa Nacional de Universalização do Acesso, Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", para construção de linhas de transmissão, subestações e ampliação de subestações e para o financiamento de projetos de inovação através do FINEP. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela Companhia atreladas a essas subvenções.

A composição do saldo de subvenções governamentais é como segue:

Subvenções governamentais	30.9.2012	31.12.2011
Eletrobrás - Luz para todos	7.528	6.009
Eletrobrás - Finel	4.587	5.535
FINEP	1.926	-
Total	14.041	11.544
Circulante	2.227	1.817
Não Circulante	11.814	9.727
Total	14.041	11.544

A movimentação das subvenções governamentais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é como segue:

	Saldo Inicial	Recebidas	Baixadas no	Saldo Final
	31.12.2011	durante o período	resultado	30.9.2012
Eletrobrás - Luz para todos	6.009	2.338	(819)	7.528
Eletrobrás - Finel	5.535	565	(1.513)	4.587
FINEP	-	2.079	(153)	1.926
Total	11.544	4.982	(2.485)	14.041

Em 30 de setembro de 2012, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, classificadas conforme estipuladas em contrato, terão os seguintes prazos de realização:

Notas Explicativas

	Eletrobrás - Luz para todos	Eletrobrás - Fine1	FINEP
	R\$	R\$	R\$
2013	272	451	91
2014	1.093	1.528	379
2015	1.049	1.041	349
2016	979	383	299
2017	898	-	243
2018 a 2020	1.963	-	314
2021 a 2023	482	-	-
	6.736	3.403	1.675

18. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletrocee é a entidade responsável pela administração do plano de benefícios patrocinado pela Companhia e tem como objetivo principal a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. O plano de benefícios foi constituído de acordo com as características de “benefício definido”, com regime financeiro de capitalização, utilizando como método atuarial o crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo. Este plano de benefícios (Plano Único da AES Sul) encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro/2011.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits (superávits) do plano são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes no encerramento do exercício social, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2011.

O plano de benefício suplementar de aposentadoria e pensão, de acordo com estudo atuarial elaborado na data-base 31 de dezembro de 2011, apresentou déficit; entretanto, não existem ativos e passivos atuariais a serem reconhecidos em 30 de setembro de 2012, em função das perdas atuariais diferidas.

18.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Notas Explicativas

Ativos e Passivos atuariais:

	31.12.2011
Valor presente das obrigações atuariais	306.708
Valor justo dos ativos do plano	(275.104)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	31.604
Perdas atuariais não reconhecidas	(44.515)
Ativo líquido não reconhecido	<u><u>(12.911)</u></u>

18.2 As despesas projetadas para o exercício de 2012 são as seguintes:

	2012
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.111
Juros sobre obrigação atuarial	28.988
Rendimento esperado dos ativos	(32.065)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	1.012
Total da receita projetada para o exercício	<u><u>46</u></u>

Em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a liquidação da última parcela referente ao contrato de confissão de dívida assumido junto à Fundação Eletroceee, em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 1997. As amortizações eram mensais e, como garantia, a Companhia ofereceu à arrecadação de venda de energia mantida em cobrança junto a diversos bancos.

Ano	Índice de atualização	Taxa de juros (a.a.)	Total
30.9.2012	INPC	9%	-
31.12.2011	INPC	9%	2.406

18.3 Mudanças no IAS 19 Benefícios a empregados (*Employees benefits*)

Em junho de 2011, o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e conseqüente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida à outros resultados abrangentes (perdas não

Notas Explicativas

reconhecidas em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 44.515) e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos

19. Obrigações Estimadas

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Férias	5.845	6.463
13º Salário	3.204	-
Participação nos lucros e resultados	9.714	12.440
Encargos sociais sobre férias	3.262	2.374
Bônus	66	95
Prêmio de assiduidade	412	84
Outros	387	43
Total	22.890	21.499
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus	58	73
Prêmio de assiduidade	-	535
Total	58	608

20. Provisão para Litígios e Contingências

A composição do saldo das provisões para litígios e contingências e depósitos judiciais é como segue:

	Passivo		Ativo	
	Contingências		Cauções e depósitos vinculados	
	30.9.2012	31.12.2011	30.9.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	22.315	24.297	21.165	18.964
Processos fiscais (b)	1.623	1.475	121	120
Complementação temporária de proventos e para Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI (c)	1.343	2.363	-	-
Processos cíveis (d)	14.237	13.466	7.392	4.346
Multas regulatórias (e)	10.762	12.884	-	-
Meio ambiente (f)	7.346	7.346	-	-
Outras	901	1.586	-	-
Total	58.527	63.417	28.678	23.430
Circulante	39.471	42.959	-	-
Não Circulante	19.056	20.458	28.678	23.430
Total	58.527	63.417	28.678	23.430

- a) Trabalhistas: Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias de sub-rogados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização no montante de R\$22.315 para cobrir os prováveis gastos futuros

Notas Explicativas

com processos judiciais desta natureza. A expectativa de desembolso está determinada que: (i) em até 1 ano R\$10.488, (ii) em até 2 anos R\$6.471 e (iii) em até 3 anos R\$5.356.

- b) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- c) Provisão para complementação temporária de proventos e para Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI: em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço ao participante regularmente inscrito na Fundação Eletroceee, que, em 31 de dezembro de 1997, não havia cumprido todos os requisitos para fruição do mencionado benefício pela Fundação, mas que havia tido a aposentadoria concedida pela Previdência Oficial. O benefício deve ser pago pela Companhia até o atendimento dos requisitos necessários para que o participante possa receber o benefício através da Fundação. A Companhia provisionou o valor integral dos compromissos futuros das complementações salariais daqueles que, na data acima mencionada, exerceram os direitos da aposentadoria oficial, ajustado a valor presente pela taxa de 7% a.a.
- d) Causas Cíveis: as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros. Com base em relatório emitido por assessores jurídicos a provisão para contingências cíveis é de R\$14.237, cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Administração da Companhia tem expectativa de que o desembolso ocorra da seguinte forma: R\$11.603 em até 1 ano e R\$2.634 em mais de 1 ano e Adicionalmente, a Companhia possui, para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R\$30.000.
- e) Multas Regulatórias: as penalidades regulatórias são sanções aplicadas pelo órgão regulador por supostos descumprimentos de regras setoriais. Estas penalidades, até o momento, estão sendo discutidas em processos administrativos, os quais devem obedecer ao trâmite legal perante a ANEEL. Conforme opinião dos nossos consultores internos, esses processos possuem probabilidade de perda provável.
- f) Causas ambientais: a Companhia e a coligada AES Florestal estão envolvidas em um único caso relativo a passivos ambientais, localizado em uma Unidade de Tratamento de Postes (UTM) recebida pela Companhia em novembro de 1997, após o processo de privatização da CEEE, e que foi operada pela AES até dezembro de 2005. Em fevereiro de 2006, em virtude de problemas no processo de privatização a CEEE retomou a posse do ativo.

Durante o período em que esteve na posse da Unidade de Tratamento de Madeira (UTM) de Barreto, no município de Triunfo - RS, a Companhia identificou a existência de passivo ambiental na área da Fábrica, relativo à época em que a CEEE havia operado a UPM, decorrente de produtos químicos usados no processo produtivo. A Companhia

Notas Explicativas

comunicou os fatos às autoridades competentes (Ministério Público Estadual e Órgão Ambiental Estadual (FEPAM).

Após a comunicação da existência do passivo, o Ministério Público Estadual instaurou um Inquérito Civil nº 24/2005, que instruiu Ação Civil Pública ajuizada em 13/03/2008 em face da CEEE, CEEE-D, a Companhia e a coligada AES Florestal (empresas que operaram a Fábrica até a descoberta do passivo ambiental).

Antes do ajuizamento da Ação Civil Pública pelo Ministério Público foi contratada uma empresa de consultoria ambiental para dar continuidade aos estudos ambientais, estruturando todos os documentos e avaliações ambientais que foram desenvolvidos.

Adicionalmente ao estudo técnico, o trabalho da empresa de consultoria envolveu a realização dos planos de contenção da contaminação através da remoção para os focos ativos de contaminação. Estes planos são compostos por atividades técnicas a serem desenvolvidas e cronograma físico-financeiro. O valor estimado para a realização do plano de contenção da contaminação, previsto no relatório técnico foi de R\$29.380.

Em função da existência da ação civil pública, associada à finalização das avaliações técnicas ambientais e de acordo com os pareceres jurídicos elaborados por renomados escritórios jurídicos, foi provisionado o montante de R\$7.346 milhões, correspondente a 25% dos custos de contenção da contaminação.

Em outubro de 2011, foi deferida medida liminar exclusivamente contra a CEEE determinando a contenção e remoção dos focos de contaminação. Em 28 de setembro de 2012 a ação encontrava-se em fase de instrução, aguardando a definição do perito judicial que conduzirá a perícia.

A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

	Passivo				30.9.2012
	31.12.2011	Atualizações/ Ingressos	Baixas/ Pagamentos	Reversões Reclassificações	
Contingências trabalhistas	24.297	8.170	(8.238)	(1.914)	22.315
Contingências fiscais	1.475	160	-	(12)	1.623
Complementação temporária de proventos e para Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI	2.363	-	-	(1.020)	1.343
Contingências cíveis	13.466	11.410	(5.380)	(5.259)	14.237
Multas regulatórias	12.884	1.426	(3.548)	-	10.762
Meio ambiente	7.346	-	-	-	7.346
Outras	1.586	329	(356)	(658)	901
Total geral	63.417	21.495	(17.522)	(8.863)	58.527
Circulante	42.959				39.471
Não Circulante	20.458				19.056
Total geral	63.417				58.527

Conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) *Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*, aprovado pela Deliberação CVM nº 94, de 15 de setembro de 2009, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perda possível, portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação

Notas Explicativas

das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Valor estimado da Contingência	
	30.9.2012	31.12.2011
20.1 Ações Trabalhistas - Empregados	2.203	1.209
20.2 Ações Trabalhistas - Sub-Rogados	2.741	3.102
20.3 Ações Trabalhistas - Terceirizados	2.392	4.441
20.4 Ações Trabalhistas - Indenizados	3.446	-
20.5 Execuções e Autuações Fiscais Municipais	2.723	850
20.6 Autos de Infração ICMS	11.743	11.134
20.7 Processo Administrativo Fiscal Federal	415	-
20.8 Ações Cíveis - Especiais	436.455	20.443
20.9 Ações Cíveis - Massa	3.171	2.826
20.10 Ações de Termos de Convênio	1.173	3.170

20.1 Ações Trabalhistas - Empregados

Sete ações ajuizadas por ex-trabalhadores contratados diretamente pela Companhia, a partir de 11 de agosto de 1997. Os pedidos têm como fundamento horas extras, sobreaviso, adicional de periculosidade e diferenças salariais reclamados pelos autores das ações judiciais.

20.2 Ações Trabalhistas – Sub-Rogados

Trinta e quatro ações ajuizadas contra a Companhia por ex-trabalhadores, que até 11 de agosto de 1997 eram empregados da CEEE e que, a partir de então, tiveram seus contratos de trabalho sub-rogados à Companhia.

20.3 Ações Trabalhistas – Terceirizados

Vinte ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços ou de empreiteiras contratadas pela Companhia.

20.4 Ações Trabalhistas – Indenizados

Duas ações ajuizadas por ex-trabalhadores, contratado diretamente pela Companhia, e uma ação ajuizada por ex-trabalhador, contratado por empresa terceirizada. Os pedidos têm como fundamento horas extras, sobreaviso, adicional de periculosidade e acidente do trabalho reclamados pelos autores das ações judiciais.

20.5 Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais e Autuações Fiscais (cuja discussão é mantida em âmbito administrativo, pré-judicial), promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos relativos ao Imposto Predial Territorial

Notas Explicativas

Urbano – IPTU, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e a Contribuições de Melhoria.

20.6 Auto de Infração ICMS – aplicação de decisão judicial sobre demanda contratada

A Companhia recebeu Autuações Fiscais (Autos de Lançamento Fiscal), no qual a Autoridade Fiscal Estadual constitui crédito tributário contra a Companhia, pelo pretenso descumprimento de ordens judiciais exaradas nos autos de processos judiciais (Mandados de Segurança ns. 001/1.05.0355252-0 e 001/1.07.006347-5), que determinaram que houvesse incidência do ICMS em relação apenas à energia efetivamente consumida (kWh). Em suma, o fisco estadual pretendeu fazer a Companhia tributar o ICMS sobre rubrica de demanda (kW) e não sobre consumo (kW/h).

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, sendo impossibilitada de agir em sentido diverso, por expressa vedação legal. Ainda, a Companhia ressalta em suas defesas a expressa manifestação pretérita do próprio fisco estadual no sentido de tributação do ICMS apenas sobre a energia efetivamente consumida (em kWh), em relação a outros clientes, bem como a tentativa do fisco de aplicar ordem judicial proferida em processo diverso, ao caso dos processos judiciais que originaram os autos de lançamento. Os recursos voluntários da Companhia tiveram negados os provimentos, sendo que a fase administrativa ainda não está encerrada.

20.7 Processo Administrativo Fiscal Federal

A Companhia efetuou compensação administrativa de tributos pagos a maior, por meio de PER/DCOMP. Tal compensação foi invalidada pela Autoridade Fiscal, sendo que a Companhia mantém discussão administrativa relativa a existência do crédito compensável e à impossibilidade de vedação administrativa para tal compensação.

20.8 Ações Cíveis – Especiais

São assim chamadas as ações que contêm grande repercussão econômica e valor da causa superior a R\$30. Os assuntos de maior recorrência neste grupo dizem respeito a ações indenizatórias por falha no serviço de distribuição, acidentes com a população e fraudes. Em 30 de setembro de 2012, essas ações indenizatórias totalizam trezentos e cinquenta e seis ações.

20.9 Ações Cíveis – Massa

Nesta categoria de ações propostas contra a Companhia, a contingência dos processos é apurada conforme a média das condenações, considerando o número de entradas/baixas, o objeto da ação, o percentual de perda apurado e a média das condenações.

Notas Explicativas

20.10 Ações de Termos de Convênio

Trata-se de demandas judiciais nas quais a parte autora alega ter firmado contrato com a distribuidora de energia para a realização de obras de instalação/expansão de rede de energia elétrica (especialmente área rural), tendo contribuído financeiramente para tais obras.

A parte autora, geralmente, requer o valor da contribuição sob a alegação de que há contrato que prevê a devolução dos valores ou, nas hipóteses em que não há previsão de devolução dos valores, que a quantia investida reverterá para o patrimônio da distribuidora, devendo, portanto, ser devolvida, sob pena de enriquecimento sem causa da concessionária.

Cartas de fiança e caução

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui cartas de fiança para compra de energia. As principais cartas de fianças da Companhia estão demonstradas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Contratos de financiamentos	14	131.364	0,75% a 1,25%
Contratos comerciais	85	6.814	0,80% a 1,50%
Judicial	1	13.474	1,30%

21. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.397	6.733
Quota para a CCC - Sistemas isolados	5.458	10.040
Quota para a reserva global de reversão	5.445	5.734
Outros encargos	521	656
Total	18.821	23.163
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Quota para a reserva global de reversão	1.356	3.382
Total	1.356	3.382

22. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Em conformidade com a Lei nº. 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Notas Explicativas

Desse modo, os saldos registrados pela Companhia referentes à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética são compostos da seguinte forma:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Eficiência energética	12.426	15.135
Pesquisa e desenvolvimento	3.361	3.196
Empresa de pesquisa energética	316	272
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	633	543
Total	16.736	19.146
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eficiência energética	3.622	724
Pesquisa e desenvolvimento	3.535	4.730
Total	7.157	5.454

As despesas com pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 estão divulgadas na nota nº 26.

A movimentação do saldo foi como segue:

	31.12.2011	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização Monetária	30.9.2012
Eficiência energética	15.859	7.029	-	(7.682)	842	16.048
Pesquisa e desenvolvimento	7.926	2.813	-	(4.284)	441	6.896
Empresa de pesquisa energética	272	1.406	(1.362)	-	-	316
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	543	2.812	(2.722)	-	-	633
Total geral	24.600	14.060	(4.084)	(11.966)	1.283	23.893

23. Outras Obrigações

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Outras taxas de iluminação pública	6.998	7.467
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica (*)	34.257	31.988
Consumidores - Créditos Resolução 024/00	1.592	603
PIS/COFINS diferença de alíquota	-	2.658
Lei 12.111 (**)	419	445
Adiantamento/crédito de clientes	642	1.809
Taxa de fiscalização - ANEEL	331	331
Bônus Itaipu	51	-
Outras	4.678	5.057
Total	48.968	50.358
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Cauções em garantia - Fornecedores	1.362	479
Total	1.362	479

(*) Vide nota nº 37.1.2

Notas Explicativas

(**) A Lei 12.111/2009 dentre outras atribuições deu nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.991/2000, a qual estabelece que as distribuidoras de energia elétrica que operam nos Sistemas Interligado ficam obrigadas a recolher ao Tesouro Nacional, o adicional de 0,30% sobre a receita operacional líquida. Estabelece ainda que os referidos recursos serão utilizados para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para a geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

24. Patrimônio Líquido

24.1 Capital social:

O capital social autorizado da Companhia é de R\$1.500.000. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais de uma ou mais classes, guardando ou não proporção com as espécies e classes existentes. O preço de emissão das ações para aumento de capital deverá ser fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme as respectivas competências legais, sendo facultado a este delegar poderes ao Conselho de Administração.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social de R\$433.236 está representado por 279.298 ações sem valor nominal, das quais 214.243 são ordinárias e 65.055 são preferenciais.

Cada ação ordinária terá direito a um voto na Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm (i) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia e (ii) direito a receber dividendos não cumulativos de no mínimo 6% da parte do capital social integralizado própria a essa espécie de ações. As ações preferenciais adquirirão direito a voto caso os dividendos não sejam pagos durante 3 exercícios sociais.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

Notas Explicativas

24.2 Composição acionária:

Ações em circulação

	30.9.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	213.428	100,00	213.413	99,99
Outros	5	-	20	0,01
Total das ações	213.433	100,00	213.433	100,00

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Acionistas			
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	65.050	100,00	65.050	100,00
Total das ações	65.050	100,00	65.050	100,00

Ações em tesouraria

	30.9.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	810	100,00	810	100,00
Total das ações	810	100,00	810	100,00

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Acionistas			
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	5	100,00	5	100,00
Total das ações	5	100,00	5	100,00

24.3 Reservas

A composição das reservas é a seguinte:

	30.9.2012	31.12.2011
Composição dos saldos das reservas:		
Reservas de capital		
Ágio na emissão	1.089	1.089
Remuneração de bens e direitos	2.475	2.475
Outorga de opção de compra de ações (i)	1.915	1.864
	5.479	5.428
Reserva de lucro:		
Reserva legal (ii)	36.028	36.028
Reserva estatutária (iii)	175.481	175.481
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído (iv)	172.796	172.796
	384.305	384.305

- i) É composta por outorga de opção de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia.

Notas Explicativas

- ii) De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
- iii) Em 2 de dezembro de 2011 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a criação da Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. O saldo da referida reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A Companhia poderá destinar até 75% do lucro líquido ajustado a essa reserva estatutária.
- iv) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído é decorrente da parcela de dividendos devido ao sócio controlador originada pelo ágio auferido na incorporação reversa da controladora AES Guaíba I em abril de 1998, retida à época por deliberação do sócio controlador.

24.4 Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Em 30 de setembro de 2012 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial era composto pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão, no montante de R\$25.165 (R\$10.094 em 31 de dezembro de 2011). Este saldo está sendo apresentado líquido do imposto de renda e da contribuição social.

24.5 Dividendos declarados

Em 30 de setembro de 2012, o saldo é de R\$471.344 (R\$471.344 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos dividendos dos exercícios de 2007 a 2011 pendentes de pagamento por força das restrições contidas no Despacho nº 1.580/2005 da ANEEL (retenção de dividendos do acionista controlador) e Cláusulas do Contrato de Penhor de Ações, firmado em conjunto com a emissão das Cédulas de Crédito Bancário, a Companhia não poderá, temporariamente, distribuir os dividendos em favor do acionista controlador até que sejam liquidadas suas obrigações regulatórias.

A Companhia considera que as condições do despacho acima foram satisfeitas pela retenção dos dividendos destinados até o exercício de 2010, portanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia pode pagar dividendos em favor do seu acionista controlador. Desse modo, em 30 de setembro de 2012, a Companhia tem registrado em seu passivo circulante o montante de R\$58.496.

Notas Explicativas

25. Resultado por Ação

	1.7.2012 a 30.9.2012	1.1.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011	1.1.2011 a 30.9.2011
Numerador:				
Lucro líquido do período	35.485	109.476	49.646	152.481
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	213.433	213.433	213.433	213.433
Média ponderada do número de ações preferenciais em circulação	65.050	65.050	65.050	65.050
Lucro por ação				
Lucro básico e diluído por ação ordinária	105,6811	371,3743	156,5322	525,8009
Lucro básico e diluído por ação preferencial	198,7579	464,4511	249,6090	618,8777

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito de diluição na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

26. Receita Operacional Líquida

No trimestre	1.7.2012 a 30.9.2012			1.7.2011 a 30.9.2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita da Prestação do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.021.083	578.765	260.154	966.498	557.990	239.199
Industrial	8.209	609.939	205.063	8.148	729.166	221.541
Comercial	85.749	283.902	126.551	84.824	265.143	114.449
Rural	108.608	238.205	38.192	104.921	216.106	32.917
Poder Público	8.659	48.656	22.973	8.020	46.926	21.602
Iluminação pública	111	56.182	12.436	110	56.144	12.010
Serviço público	889	52.793	19.693	845	50.563	18.448
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(2)	-	-	(2)
Remuneração do ativo financeiro	-	-	16.321	-	-	5.243
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	(374.445)	-	-	(356.660)
Subtotal - Fornecimento	1.233.308	1.868.442	326.936	1.173.366	1.922.038	308.747
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	3.545	-	-	279
Não faturado	-	-	(442)	-	-	(2.878)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	22	201.174	19.393	13	84.590	9.476
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	374.445	-	-	356.660
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	537	-	-	136
Energia elétrica de curto prazo - nota nº 28	-	-	14.361	-	-	1.870
Suprimento de energia elétrica	3	15.750	2.655	3	16.338	2.450
Receita de construção	-	-	112.720	-	-	71.325
Outras receitas	-	-	4.909	-	-	9.806
Receita Operacional Bruta	1.233.333	2.085.366	859.059	1.173.382	2.022.966	757.871
Quota para reserva global de reversão	-	-	(5.430)	-	-	(4.883)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	2	-	-	2
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(4.803)	-	-	(3.715)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(22.190)	-	-	(20.200)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(16.373)	-	-	(30.120)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(1.095)	-	-	(389)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(1.440)	-	-	(1.115)
ICMS	-	-	(149.947)	-	-	(140.596)
Cofins - corrente	-	-	(56.722)	-	-	(52.178)
Pis - corrente	-	-	(12.314)	-	-	(11.328)
Deduções a Receita Bruta	-	-	(270.312)	-	-	(264.522)
Receita Operacional Líquida	1.233.333	2.085.366	588.747	1.173.382	2.022.966	493.349

Notas Explicativas

Acumulado	1.1.2012 a 30.9.2012			1.1.2011 a 30.9.2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita da Prestação do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.021.083	1.808.377	799.468	966.498	1.704.068	713.945
Industrial	8.209	1.798.087	578.853	8.148	2.101.803	619.949
Comercial	85.749	930.241	403.364	84.824	873.951	367.191
Rural	108.608	1.091.690	172.158	104.921	1.022.269	152.552
Poder Público	8.659	147.091	68.288	8.020	141.152	63.705
Iluminação pública	111	167.461	36.509	110	169.169	35.665
Serviço público	889	158.599	56.811	845	155.725	53.500
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(3)	-	-	(4)
Remuneração do ativo financeiro	-	-	38.284	-	-	14.533
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	(1.151.450)	-	-	(1.148.254)
Subtotal - Fornecimento	1.233.308	6.101.546	1.002.282	1.173.366	6.168.137	872.782
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	3.662	-	-	5.263
Não faturado	-	-	(4.721)	-	-	4.708
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	22	533.526	47.474	13	251.573	30.840
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	1.151.450	-	-	1.148.254
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	1.157	-	-	332
Energia elétrica de curto prazo - nota nº 28	-	-	22.521	-	-	4.448
Suprimento de energia elétrica	3	54.406	8.725	3	53.865	7.485
Receita de construção	-	-	284.874	-	-	184.018
Outras receitas	-	-	16.746	-	-	30.282
Receita Operacional Bruta	1.233.333	6.689.478	2.534.170	1.173.382	6.473.575	2.288.412
Quota para reserva global de reversão	-	-	(15.506)	-	-	(14.350)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	3	-	-	4
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(14.060)	-	-	(12.073)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(66.570)	-	-	(60.600)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(67.448)	-	-	(86.403)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(2.693)	-	-	(1.226)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(4.217)	-	-	(3.622)
ICMS	-	-	(450.925)	-	-	(418.844)
Cofins - corrente	-	-	(170.947)	-	-	(159.934)
Pis - corrente	-	-	(37.113)	-	-	(34.722)
Deduções a Receita a Bruta	-	-	(829.476)	-	-	(791.770)
Receita Operacional Líquida	1.233.333	6.689.478	1.704.694	1.173.382	6.473.575	1.496.642

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, a concessionária realizou transferência da receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição, adotando para fins de valorização a tarifa definida pelo Órgão Regulador.

27. Custo do Serviço de Energia Elétrica

No trimestre	MWh (*)		R\$	
	1.7.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011	1.7.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	533.861	535.269	(57.627)	(47.114)
CGTEE	-	16.460	-	(1.900)
Comercialização no CCEE - nota nº 28	256.032	266.397	(37.187)	(247)
Compra - CCEAR	1.028.032	1.258.676	(130.320)	(109.142)
MCS D - Trocas livres	297.269	93.274	(29.268)	(9.279)
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	30.646	21.270
Subtotal	2.115.194	2.170.077	(223.756)	(146.412)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	53.884	57.296	(10.210)	(8.770)
Total	2.169.078	2.227.372	(233.966)	(155.182)

Notas Explicativas

	1.7.2012 a	1.7.2011 a
	30.9.2012	30.9.2011
No trimestre		
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Tarifa de transmissão - CEEE conexão	(6.090)	(5.591)
Tarifa de transmissão - Eletrosul conexão	(342)	(331)
Tarifa de transmissão - Itaipu transporte	(4.919)	(4.563)
Outras tarifas de transmissão - Rede básica	(55.030)	(50.876)
Encargos uso rede elétrica - ESS	(8.763)	850
Tarifas de transmissão - CUSD RGE	(1.765)	(1.739)
Encargo de energia de reserva - EER	(9.763)	(3.017)
Total	(86.672)	(65.267)

Acumulado	MWh (*)		R\$	
	1.1.2012 a	1.1.2011 a	1.1.2012 a	1.1.2011 a
	30.9.2012	30.9.2011	30.9.2012	30.9.2011
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	1.574.829	1.581.834	(163.147)	(138.724)
CGTEE	-	55.716	-	(6.178)
Comercialização no CCEE - nota nº 28	785.035	474.617	(88.153)	(15.228)
Compra - CCEAR	4.017.216	4.590.336	(447.821)	(383.996)
MCS D - Trocas livres	525.481	305.148	(52.426)	(30.559)
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	89.282	69.295
Subtotal	6.902.561	7.007.652	(662.265)	(505.390)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfã	153.512	152.833	(31.222)	(26.250)
Total	7.056.073	7.160.484	(693.487)	(531.640)

Acumulado	1.1.2012 a	1.1.2011 a
	30.9.2012	30.9.2011
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Tarifa de transmissão - CEEE conexão	(17.504)	(16.173)
Tarifa de transmissão - Eletrosul conexão	(1.011)	(956)
Tarifa de transmissão - Itaipu transporte	(13.942)	(13.034)
Outras tarifas de transmissão - Rede básica	(161.621)	(138.813)
Encargos uso rede elétrica - ESS	(14.340)	(143)
Tarifas de transmissão - CUSD RGE	(5.245)	(5.318)
Encargo de energia de reserva - EER	(16.661)	(3.930)
Total	(230.324)	(178.367)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

28. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

	1.7.2012 a	1.1.2012 a	1.7.2011 a	1.1.2011 a
	30.9.2012	30.9.2012	30.9.2011	30.9.2011
Compras				
Ajustes divulgados pela CCEE no valor da compra de energia referente a exercícios anteriores	452	2.179	45	3.028
Compra de energia elétrica referente ao período	(37.639)	(90.332)	(292)	(18.256)
Total compra energia elétrica de curto prazo - nota nº 27	(37.187)	(88.153)	(247)	(15.228)
Vendas				
Venda de energia elétrica referente ao período - nota nº 26	14.361	22.521	1.870	4.448
Total venda energia elétrica de curto prazo	14.361	22.521	1.870	4.448

Notas Explicativas

29. Custo de Operação - Outros Custos

	1.7.2012 a 30.9.2012	1.1.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011	1.1.2011 a 30.9.2011
Baixa do ativo intangível de concessão	7.660	7.904	(3.110)	(8.727)
Baixa do ativo financeiro de concessão	(1.709)	(2.148)	(206)	(594)
Perdas no estoque	(1.360)	(1.890)	(383)	(1.270)
Indenização por danos elétricos e não elétricos	(590)	(1.849)	(759)	(2.315)
Arrendamento e alugueis	(360)	(1.131)	(377)	(1.190)
Tributos Estaduais	(80)	(826)	(266)	(927)
Publicidade	(189)	(675)	(212)	(861)
Seguros	(152)	(466)	(138)	(466)
Tributos - IPTU	(12)	(289)	(34)	(250)
ONS e ASMAE	(251)	(675)	(229)	(672)
Mensalidades	(72)	(277)	(76)	(281)
Ensaio em dispositivos de proteção	(804)	(1.410)	(220)	(329)
Outros	(22)	33	(1.204)	(509)
Total	2.059	(3.699)	(7.214)	(18.391)

30. Resultado Financeiro

	1.7.2012 a 30.9.2012	1.1.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011	1.1.2011 a 30.9.2011
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2.653	11.128	3.045	11.058
Juros e multas sobre contas de energia elétrica em atraso	7.689	22.064	6.064	19.102
Multas por auto religação	2.526	6.685	1.363	4.105
Benefício da Lei 11.941/09	-	-	283	283
Ajuste a valor presente - ICMS CIAP	864	(1.494)	539	1.529
Subvenções governamentais	933	2.485	709	1.889
Recebimento referente a aplicação financeira massa falida Banco Santos	-	-	-	712
Outras	369	914	3.253	4.096
Total	15.034	41.782	15.256	42.774
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(15.332)	(49.479)	(21.786)	(61.044)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	-	(17)	(114)	(486)
Outros encargos	(3.620)	(10.542)	(3.540)	(11.907)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	2.203	6.412	1.309	10.588
Custos de Empréstimos - Amortização do custo diferido	(656)	(1.881)	(353)	(1.672)
Subvenções governamentais	(933)	(2.485)	(709)	(1.889)
Multas RNT	(730)	(2.637)	(1.258)	(4.525)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(975)	(1.698)	(319)	(17.864)
DIC/FIC/DMIC (*)	(1.892)	(8.160)	(1.190)	(8.965)
Correção monetária - Compra de crédito ICMS Uruguiana - nota nº 32	-	(89)	(108)	(458)
Juros sobre valores não repassados de CIP 2003/2009	-	-	-	(5.053)
Atualização - Contingências	(1.168)	(3.097)	(1.184)	(3.060)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(90)	(195)	(40)	(471)
Outras	(982)	(3.765)	(553)	(1.368)
Total	(24.175)	(77.633)	(29.845)	(108.174)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas				
Variações monetárias - Moeda nacional	3.889	5.992	1.441	3.491
Variações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(392)	(1.283)	(660)	(1.792)
Variações monetárias - Despacho 288	(4.686)	(8.595)	(1.312)	(5.236)
Variações cambiais - Itaipu	742	(1.882)	(4.346)	(2.743)
Variações cambiais - Outras	821	(172)	(575)	(171)
Total	374	(5.940)	(5.452)	(6.451)
Total Líquido	(8.767)	(41.791)	(20.041)	(71.851)

(*) DIC, FIC e DMIC são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Os indicadores DIC (Duração de Interrupção por Unidade Consumidora) e FIC (Frequência de Interrupção por Unidade Consumidora) indicam

Notas Explicativas

por quanto tempo e o número de vezes respectivamente que uma unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante um período considerado. O DMIC (Duração Máxima de Interrupção por Unidade Consumidora) é um indicador que limita o tempo máximo de cada interrupção, impedindo que a concessionária deixe o consumidor sem energia elétrica durante um período muito longo.

31. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	1.7.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011	1.7.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(7.807)	(2.698)	(2.891)	(1.008)
Diferidos	(5.404)	(16.746)	(1.948)	(6.031)
Total	(13.211)	(19.444)	(4.839)	(7.039)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	53.535	76.129	53.535	76.129
Adições (exclusões):				
Despesas Não Dedutíveis	86	1.211	86	1.211
Contribuições e Doações Não Dedutíveis	(80)	51	(80)	51
Multas indedutíveis	29	820	29	820
Total das adições (exclusões)	35	2.082	35	2.082
Base de cálculo	53.570	78.211	53.570	78.211
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	13.393	19.553	4.821	7.039
Incentivos Fiscais (PAT/Rouanet)	(253)	(96)	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	71	(13)	18	-
Total da despesa (receita) com tributos	13.211	19.444	4.839	7.039
Alíquota efetiva	-24,7%	-25,5%	-9,0%	-9,2%

Notas Explicativas

Acumulado	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	1.1.2012 a 30.9.2012	1.1.2011 a 30.9.2011	1.1.2012 a 30.9.2012	1.1.2011 a 30.9.2011
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(25.373)	(17.985)	(9.381)	(6.653)
Diferidos	(15.431)	(39.324)	(5.562)	(14.213)
Total	(40.804)	(57.309)	(14.943)	(20.866)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	165.223	230.656	165.223	230.656
Adições (exclusões):				
Despesas Não Dedutíveis	204	1.359	204	1.359
Contribuições e Doações Não Dedutíveis	281	206	281	206
Receita não tributável - Benefício Lei 11.941/09	-	(283)	-	(283)
Multas indedutíveis	129	823	129	823
Total das adições (exclusões)	614	2.105	614	2.105
Base de cálculo	165.837	232.761	165.837	232.761
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	41.459	58.190	14.925	20.948
Incentivos Fiscais (PAT/Rouanet)	(714)	(474)	-	-
Ajustes de bases anteriores - consolidação Lei 11.941	-	(237)	-	(35)
Ajustes de bases anteriores - outros	59	(170)	18	(47)
Total da despesa (receita) com tributos	40.804	57.309	14.943	20.866
Alíquota efetiva	-24,7%	-24,8%	-9,0%	-9,0%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição, e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresenta saldos de prejuízos fiscais a compensar no montante de R\$1.176.015 (R\$1.221.398 em 31 de dezembro de 2011) e de base negativa de contribuição social no valor de R\$1.176.052 (R\$1.221.436 em 31 de dezembro de 2011). Conforme legislação vigente o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais diferidos foram constituídos nos montantes compensáveis considerando o prazo da Concessão.

Notas Explicativas

32. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation.

32.1 As principais transações e saldos entre partes relacionadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 estão demonstradas a seguir:

	30.9.2012	31.12.2011
Passivo Circulante		
AES Big Sky (ii)	1.474	802
AES Uruguaiana - Compra de crédito de ICMS (i)	-	11.752
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda - Dividendos	58.496	2
	59.970	12.556
Passivo Não Circulante		
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda - Dividendos	412.848	471.342
	412.848	471.342

	1.7.2012 a 30.9.2012	1.1.2012 a 30.9.2012	1.7.2011 a 30.9.2011	1.1.2011 a 30.9.2011
Resultado				
AES Big Sky (ii)	1.552	672	183	(443)
AES Uruguaiana - Correção monetária - Crédito ICMS - nota nº 30 (i)	-	(89)	(108)	(458)
	1.552	583	75	(901)

- (i) O saldo remanescente que a Companhia possuía a pagar com a AES Uruguaiana era referente à transferência do crédito de ICMS entre as empresas, em anos anteriores. Através do despacho nº 492 datado de 9 de fevereiro de 2012 publicado pela ANEEL, foi anuído o Primeiro Aditivo ao Termo de Promessa de Aquisição de Crédito Tributário, firmado entre a Companhia (cessionária) e a AES Uruguaiana, pelo valor de R\$11.507, valor atualizado até 30 de abril de 2011. Em 28 de maio de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da 3ª e última parcela da promessa de aquisição de crédito tributário, liquidando desse modo, o débito total que a mesma possuía com a AES Uruguaiana.
- (ii) As operações com a AES Big Sky correspondem aos contratos de licença e manutenção de uso do software SAP e prestação de serviços de gerenciamento e administração da plataforma SAP, incluindo hospedagem no datacenter, suporte, gerenciamento de rede, correio eletrônico e determinadas tarefas correlacionadas. As operações com a AES BIG SKY foram aprovadas pela ANEEL por meio dos despachos nºs. 1.877/2006, 1.334/2008, e 1.526/2012.

32.2 Remuneração da Alta Administração - de acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração alta administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, a remuneração foi conforme segue:

Notas Explicativas

Descrição	1.7.2012 a	1.1.2012 a	1.7.2011 a	1.1.2011 a
	30.9.2012	30.9.2012	30.9.2011	30.9.2011
Benefícios de curto prazo (a)	760	2.023	1.050	3.219
Benefícios pós-emprego (b)	11	37	23	72
Outros benefícios de longo prazo (c)	21	62	26	72
Benefícios de rescisão contrato de trabalho (d)	6	6	-	-
Remuneração Baseada em ações (e)	19	51	19	53
Total	817	2.179	1.118	3.416

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões e outros benefícios de aposentadoria;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Incluem-se as ofertas para incentivar a demissão voluntária ou de incentivo a aposentadoria;
- e) São benefícios a empregados relacionados com pagamentos baseados em ações da The AES Corporation outorgados à alta administração pela The AES Corporation.

A remuneração da administração da Companhia foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2012 e está em linha com os padrões de mercado.

33. Seguros

Em 30 de setembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Responsabilidade Civil	01/06/12	01/06/13	30.000
Responsabilidade de Executivos	15/02/12	15/02/13	10.000
Riscos Operacionais	01/04/12	01/04/13	1.833.700
Frota veículos - RCF	31/08/12	31/08/13	RCFV Garantia Única R\$ 1.000
Vida em grupo	01/11/11	01/11/12	25 X salário

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Diretoria e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

34. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

34.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa 5);
- d) Contas a receber – acordos e outras contas a receber (nota explicativa 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 20);
- f) Contratos de concessão público - privado (nota explicativa 11);
- g) Fornecedores (nota explicativa 14);
- h) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar) (nota explicativa 16);
- i) Subvenções governamentais (nota explicativa 17);
- j) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa 21) e;
- k) Dividendos declarados

34.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	30.9.2012		
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	13.398	13.398	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	101.371	101.371	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	435.162	435.162	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	83.034	83.034	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	28.678	28.678	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	425.748	425.748	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	1.087.391	1.087.391	
<u>PASSIVO (Circulante e não circulante)</u>			
Fornecedores	492.783	492.783	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)	690.114	701.307	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	20.177	20.177	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos declarados	471.344	471.344	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.674.418	1.685.611	

Notas Explicativas

31.12.2011		
Valor contábil	Valor justo	Categoria
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	30.636	30.636 Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	155.808	155.808 Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	395.186	395.186 Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	86.886	86.886 Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	23.430	23.430 Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	201.531	201.531 Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	893.477	893.477
<u>PASSIVO (Circulante e não circulante)</u>		
Fornecedores	426.723	426.723 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)	667.095	667.095 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	26.545	26.545 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos declarados	471.344	471.344 Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.591.707	1.591.707

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro de concessão, o ajuste ao valor justo é realizado de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR) por meio do valor novo de reposição, na data da revisão tarifária que ocorre a cada quatro anos. Durante o período entre as revisões tarifárias, a Companhia atualiza o valor justo com base na variação do IGP-M. Ambos os ajustes mencionados são lançados em conta específica do patrimônio líquido.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012.

34.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

Notas Explicativas

	30.9.2012			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	13.398	13.398	-	
Investimentos de curto prazo	101.371	-	101.371	
Ativo financeiro de concessão	425.748	-	425.748	
Total - Ativo	540.517	13.398	527.119	

	31.12.2011			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	30.636	14.445	16.191	
Investimentos de curto prazo	155.808	-	155.808	
Ativo financeiro de concessão	201.531	-	201.531	
Total - Ativo	387.975	14.445	373.530	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível 2 são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos e financiamentos da Companhia.

Durante o trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

34.5 Gerenciamento de riscos

34.5.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações financeiras, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

Notas Explicativas

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações financeiras, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado ao Conselho de Administração.

34.5.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.5.2.1 Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

a) Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data das informações trimestrais foi:

	30.9.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	13.398	30.636
Investimentos de curto prazo	101.371	155.808
Consumidores, concessionárias e permissionárias	435.162	395.186
Contas a receber - acordos	83.034	86.886
Total exposição líquida	632.965	668.516

34.5.2.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes vencimentos diferem dos divulgados

Notas Explicativas

na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Período findo em 30 de setembro de 2012	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	266.070	-	-	226.713 (*)	-
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)	42.167	70.422	189.065	485.518	150.853
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	16.591	2.229	1.239	118	-
Dividendos declarados	58.496	-	82.570	247.709	82.570
Total	383.324	72.651	272.874	960.057	233.423

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 28 de setembro de 2012.

(*) Montante relacionado a CCEE a pagar, conforme descrito na nota nº 37.1

34.5.2.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

34.5.2.4 Riscos de mercado

34.5.2.4.1 Riscos de taxas de juros

A Companhia possui um empréstimo relevante remunerado pela variação do DI, acrescido de juros de 1,7% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de setembro de 2012.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data das informações trimestrais foi:

	30.9.2012
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	101.371
Empréstimos e financiamentos	(575.834)
Total da exposição líquida	(474.463)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de setembro de 2012, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de Juros	Posição em 30.9.2012	Projeção Receitas Financeiras - 1 Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,91%	5,86%	7,82%	9,77%	11,73%
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	101.371	3.962	5.944	7.925	9.906	11.887
Subtotal		101.371	3.962	5.944	7.925	9.906	11.887

Dívidas	Taxa de Juros	Posição em 30.9.2012	Projeção Despesas Financeiras - 1 Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,91%	5,86%	7,82%	9,77%	11,73%
CCB Unibanco	CDI+1,70% a.a.	(568.625)	(22.226)	(33.339)	(44.452)	(55.565)	(66.678)
IGPM			3,05%	4,58%	6,10%	7,63%	9,15%
Consumidores	IGPM+6,00% a.a.	(6.999)	(214)	(320)	(427)	(534)	(641)
TJLP			2,75%	4,13%	5,50%	6,88%	8,25%
BNDES - Finame - Banco Safra	TJLP+3,55% a.a.	(210)	(6)	(9)	(12)	(14)	(17)
Subtotal		(575.834)	(22.445)	(33.668)	(44.891)	(56.114)	(67.336)
Total da exposição líquida		(474.463)	(18.483)	(27.725)	(36.966)	(46.208)	(55.449)

34.5.2.4.2 Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

34.5.2.4.3 Risco de preço

Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET

Por meio da Audiência Pública (AP) nº 048/2010, a ANEEL submeteu proposta de composição e formato para os Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

Notas Explicativas

A Referida AP nº 048/2010 resultou na publicação da Resolução Normativa nº 435, de 24/05/2011, que definiu a estrutura do PRORET, de modo a consolidar a regulamentação relativa aos processos tarifários.

Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 5 anos. A 3ª revisão tarifária da Companhia está prevista para ocorrer em abril de 2013.

Em 10 de setembro de 2010 e 10 de janeiro de 2011, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 40/2010 as metodologias e os critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 3 de junho de 2011, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 457, de 8 de Novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa nº 463, de 22 de Novembro de 2011, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 3CRTP.

Adicionalmente, através da Audiência Pública nº 120/2010, foram discutidas alterações na estrutura tarifária das distribuidoras, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 464, de 28 de Novembro de 2011. Os aspectos comerciais relacionados às alterações na estrutura tarifária provenientes do Módulo 7 do PRORET serão tratados posteriormente, com as devidas alterações na Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser reconhecidos quando de sua ocorrência e passaram a ser contabilizados no resultado quando de seu faturamento pelo fornecimento de energia gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas

Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no tópico anterior.

Adicionalmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 078/2011, com período para envio de contribuição de 22/12/2011 a 23/3/2011, com o objetivo de colher “subsídios e informações adicionais para regulamentar os procedimentos de cálculos relativos aos processos de reajuste tarifário anual das concessionárias de distribuição de energia elétrica e dos componentes financeiros pertinentes, constantes dos Módulos 3 e 4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET”.

A regulamentação proposta nos módulos 3 e 4 ainda não foi aprovada pela ANEEL.

Reajuste tarifário 2012

A tarifa de fornecimento de acordo com o Contrato de Concessão é reajustada anualmente e revisada a cada cinco anos. O reajuste/revisão da Companhia ocorre no dia 19 de abril de cada ano.

A Agência Nacional de Energia (ANEEL) autorizou o reajuste médio das tarifas de energia da Companhia em 6,38% (seis vírgula trinta e oito por cento), sendo 10,38% (dez vírgula trinta e oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -4,00% (menos quatro por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, conforme tabela abaixo:

Notas Explicativas

Tabela 1- Quadro Resumo do IRT 2012

Reajuste Tarifário 2012		
Parcela A	Encargos setoriais	-1,68%
	Energia Comprada	9,62%
	Encargos de transmissão	1,36%
	subtotal A	9,31%
Parcela B		1,07%
IRT Econômico		10,38%
Neutralidade da parcela A		-0,50%
CVA - Itens parcela A		-8,49%
Outros componentes financeiros		0,00%
Limite de repasse DSP 3865/2010 (redução contratos Furnas)		-0,53%
Subsídios Tarifários		5,52%
IRT Financeiro		-4,00%
IRT total		6,38%

O reajuste foi homologado através da Resolução Homologatória nº 1.280, de 17 de abril de 2012 e, entrou em vigor no dia 19 de abril de 2012.

Os índices da tabela abaixo apresentados indicam efeito médio de 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento) a ser percebido em média pelos consumidores cativos, composto pelos grupos de alta e média tensão:

(SUB)GRUPO	VARIAÇÃO
A	5,98%
B	5,31%
TOTAL	5,63%

34.5.3 Outros riscos

34.5.3.1 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

34.5.3.2 Risco de Volatilidade dos Custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia está

Notas Explicativas

sujeito à volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

34.5.3.3 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

34.5.3.4 Risco de contratação de energia

O atual portfólio de contratos de energia da Companhia no ano de 2012 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida para cada produto.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual regulatória da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento, quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Notas Explicativas

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da distribuidora. Este repasse deverá ser concedido desde que atendidas às condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, cabe à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

34.5.4 Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos, entre outros instrumentos que julgar necessário.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, deduzidos o caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e cauções contratuais.

	30.9.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	(690.114)	(667.095)
Caixa e equivalentes de caixa	13.398	30.636
Investimentos de curto prazo	101.371	155.808
Cauções contratuais	14.699	6.081
Dívida líquida	(560.646)	(474.570)
Patrimônio líquido	(949.605)	(825.007)
Patrimônio líquido e dívida	59%	58%

35. Informações por Segmento

A Administração da Companhia é o órgão responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia é administrada como uma única operação, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais na região Centro Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia.

Notas Explicativas

36. Ativos e Passivos Regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas informações contábeis os seguintes saldos:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	15.127	13.978
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	23.730	17.887
Outros componentes financeiros da tarifa	18.748	14.758
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	57.605	46.623
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8.972	4.367
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	9.325	3.781
Outros componentes financeiros da tarifa	1.537	6.491
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	19.834	14.639
TOTAL DO ATIVO	77.439	61.262
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	162.358	153.140
Outros componentes financeiros da tarifa	30.273	33.255
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	192.631	186.395
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	34.561	48.397
Outros componentes financeiros da tarifa	12.691	6.000
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	47.252	54.397
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Lucros (Prejuízos) acumulados	(179.530)	(34.537)
Resultado do exercício	17.086	(144.993)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(162.444)	(179.530)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77.439	61.262
	30.9.2012	30.9.2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21.761	(112.490)
<u>CUSTO OPERACIONAIS</u>		
Custo com Energia Elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.197)	630
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	9.126	(3.315)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	6.929	(2.685)
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas financeiras	4.655	2.139
Despesas financeiras	(17.723)	(11.513)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	1.464	3.248
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(11.604)	(6.126)
RESULTADO	17.086	(121.301)

Notas Explicativas

A composição dos ativos e passivos regulatórios em 30 de setembro de 2012 por ciclos são as seguintes:

	30.9.2012			TOTAL
	Ciclo 2010/2011	Ciclo 2011/2012	Ciclo 2012/2013	
ATIVO				
CIRCULANTE				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	93	-	945	1.038
Transporte de energia pela rede básica	176	10.466	3.637	14.279
Encargos do serviço do sistema - ESS	201	-	3.889	4.090
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	57	1.332	550	1.939
Proinfa	-	1.480	-	1.480
Transporte de energia - Itaipu	26	574	304	904
Subsídio TUSD Geração e Livres	-	692	1.490	2.182
Subsídio Irrigante	-	(10)	733	723
Subsídio Cooperativas	-	5.473	6.749	12.222
Reserva Global de Reversão RGR	-	2.217	1.121	3.338
Recálculo descontração Furnas 2011	-	7.060	-	7.060
Déficit PLPT	-	5.993	-	5.993
Outros	-	2.175	182	2.357
SubTotal	553	37.452	19.600	57.605
ATIVO				
NÃO CIRCULANTE				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	945	945
Transporte de energia pela rede básica	-	-	3.636	3.636
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	3.889	3.889
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	550	550
Transporte de energia - Itaipu	-	-	305	305
Subsídio TUSD Geração e Livres	-	-	1.490	1.490
Subsídio Irrigante	-	-	733	733
Subsídio Cooperativas	-	-	6.749	6.749
Reserva Global de Reversão RGR	-	-	1.356	1.356
Outros	-	-	181	181
SubTotal	-	-	19.834	19.834
Total	553	37.452	39.434	77.439
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(246)	-	(246)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(166)	(2.885)	(178)	(3.229)
Energia Itaipu - custo/alteração	(53)	(851)	(63)	(967)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(5.824)	-	(5.824)
Proinfa	(15)	-	-	(15)
Compra de energia elétrica	(1.021)	(116.736)	(34.320)	(152.077)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(11.126)	(11.629)	(22.755)
Efeito Neutralidade	-	(6.077)	(145)	(6.222)
Outros	-	(379)	(917)	(1.296)
SubTotal	(1.255)	(144.124)	(47.252)	(192.631)
PASSIVO				
NÃO CIRCULANTE				
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(178)	(178)
Energia Itaipu - custo/alteração	-	-	(63)	(63)
Compra de energia elétrica	-	-	(34.320)	(34.320)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	-	(11.629)	(11.629)
Efeito Neutralidade	-	-	(145)	(145)
Outros	-	-	(917)	(917)
SubTotal	-	-	(47.252)	(47.252)
Total	(1.255)	(144.124)	(94.504)	(239.883)
Total Geral - Líquido	(702)	(106.672)	(55.070)	(162.444)

Notas Explicativas

37. Assuntos Regulatórios

37.1 Energia no curto prazo – CCEE

37.1.1 Comercialização de Curto Prazo

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 5) e o da conta de fornecedores (nota nº 14) incluem a contabilização dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo compostos da seguinte forma:

	30.9.2012	31.12.2011
<u>CCEE a receber</u>		
Estimativa referente a comercialização de setembro/12 e novembro/11	23.993	1.072
Comercialização conforme pré-fatura outubro/2011	-	8
Subtotal	23.993	1.080
Comercialização do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	20.504	20.504
Correção monetária do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 - referente a setembro/12 e dezembro/2011	11.274	9.621
Subtotal (*)	31.778	30.125
Total - nota nº 5	55.771	31.205
<u>CCEE a pagar</u>		
Estimativa referente a comercialização de agosto/12 e dezembro/11	(8.350)	(2.323)
Estimativa referente ao ESS de setembro/12 e novembro/dezembro/11	(9.352)	(1.427)
Subtotal	(17.702)	(3.750)
Comercialização do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(62.229)	(62.229)
Correção monetária, juros e multa do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 - referente a setembro/12 e dezembro/2011	(149.470)	(132.014)
ESS do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(15.014)	(15.014)
Subtotal (*)	(226.713)	(209.257)
Total - nota nº 14	(244.415)	(213.007)

(*) Os montantes relativos à comercialização realizada no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, relativos às transações de compra e venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo ajustados, nos exercícios de 2002 e 2003, com base em informações e cálculos preparados e divulgados pela CCEE, podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, conforme descrito no item 37.1.2 desta nota.

37.1.2 Exposição decorrente de preços entre submercados

Em 2001, a Companhia decidiu por não utilizar o mecanismo de alívio de exposição em relação à energia de Itaipu. Em virtude da diferença de preços entre os Submercados Sul e Sudeste, a Companhia teve registrada em seu favor uma exposição positiva. Em 16 de maio de 2002, a ANEEL, sob o pretexto de interpretar corretamente as regras do extinto “Mercado Atacadista de Energia” (MAE) considerou ilegal a opção da Companhia, mediante a publicação do Despacho nº 288, sob a alegação de que a adesão ao mecanismo

Notas Explicativas

de alívio de exposição seria mandatória. Além disso, o Despacho nº 288 da ANEEL eliminou o direito que a Companhia tinha a receber os valores que haviam sido registrados em seu favor em decorrência da diferença de preços nos Submercados Sul e Sudeste, fazendo com que a Companhia de credora líquida passasse a devedora do mercado.

A Companhia, todavia, não concordando com tal decisão da ANEEL está utilizando todos os meios legais disponíveis para contestar esse Despacho. Assim, em 23 de agosto de 2002, a Companhia ajuizou ação em face da ANEEL, visando à anulação do Despacho nº 288 e buscando os créditos resultantes da exposição positiva. Em 25 de outubro de 2002, o juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em antecipação de tutela proferida na ação nº 2002.34.00.026509-0, determinou que a ANEEL se abstivesse de impor à Companhia o teor do Despacho nº 288, mormente no tocante ao refazimento de suas informações contábeis, bem como que a ANEEL diligenciasse junto ao MAE no sentido de comunicar que fosse contabilizado em favor da mesma o resultado da exposição positiva verificada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

Em 13 de novembro de 2002 a ANEEL interpôs Agravo de Instrumento, solicitando a revogação dos efeitos da liminar concedida à Companhia, tendo sido deferido liminarmente o efeito suspensivo da decisão até o julgamento final do recurso. No entanto, em 20 de julho de 2005, a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente o Agravo de Instrumento nº 2002.01.00.040870-5 interposto pela ANEEL, restabelecendo, com isso, integralmente, os efeitos da antecipação de tutela deferida no processo nº 2002.34.00.026509-0, determinando a realização de recontabilização e liquidação que desconsiderassem os efeitos do Despacho nº 288. Em abril de 2006, a ANEEL interpôs Recurso Especial contra a decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento, o qual foi recebido sem efeito suspensivo. Em junho de 2008 o Superior Tribunal de Justiça não conheceu desse Recurso Especial (RESP) interposto pela ANEEL.

Todavia, a ANEEL não cumpriu de pronto a medida liminar, sendo necessária uma série de medidas judiciais para que a Agência efetivasse a liquidação dos valores.

Após diversas intimações para cumprimento da decisão liminar, a ANEEL determinou que a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (sucessora do MAE) realizasse a recontabilização e liquidação. Em outubro de 2008, a CCEE divulgou que a Companhia tinha uma diferença a receber de aproximadamente R\$418 milhões, referente ao período de 2001, abrangido pela liminar. Em novembro de 2008, a CCEE implementou o plano de liquidação. Diversas empresas atingidas pela nova liquidação ingressaram com várias medidas judiciais, tais como, mandados de segurança e suspensões de liminares, e obtiveram êxito. Em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor aproximado de R\$27.783 de empresas que não obtiveram

Notas Explicativas

liminares (em função da revogação da liminar, conforme descrito abaixo, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante, que atualizados para o período de nove meses findo de 30 de setembro de 2012, corresponde a aproximadamente R\$34.257, vide nota nº 23).

Porém, em 12 de novembro de 2008, a liminar obtida foi revogada pelo Juiz de primeiro grau na parte em que impunha à ANEEL a obrigação de contabilizar em favor da Companhia o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Além disso, o juiz de primeiro grau determinou a inclusão no processo das empresas que podem ser afetadas pela decisão de ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia recorreu por meio da interposição de um agravo de instrumento, tendo sido concedida nova decisão liminar, em 02 de dezembro de 2008, para reativar em parte a liminar anterior, impedindo que a Companhia seja alvo de cobranças dos valores que haviam contra ela sido apurados na liquidação em que o Despacho nº 288/02 foi empregado. Nessa mesma decisão liminar no Agravo de Instrumento, a Desembargadora (Magistrada de Segundo Grau) suspendeu o processo até o julgamento do agravo e dos mandados de segurança impetrados pelas empresas afetadas pela liquidação efetuada pela CCEE.

O Agravo de Instrumento teve seu mérito julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região por decisão publicada em 30 de julho de 2010, que manteve a impossibilidade de que: (i) fossem contabilizados e liquidados valores desconsiderando os efeitos do Despacho nº 288, e (ii) a AES fosse cobrada por qualquer valor relativo ao Despacho nº 288.

As decisões referentes aos Mandados de Segurança foram publicadas em 19 de outubro de 2009 e concederam a segurança tão só para que os efeitos da tutela antecipada não recaiam sobre os terceiros que não integraram o processo nº 2002.34.00.026509-0, em que se discute a ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia opôs embargos de declaração a essa decisão, que foi julgado em decisão publicada em 26 de fevereiro de 2010, que desacolheu o recurso. Ato contínuo, houve a interposição de Recursos Ordinários por algumas das impetrantes dos mandados de segurança, bem como a interposição, pela Companhia, de 08 Recursos Especiais contra as decisões que julgaram os mandados de segurança; desses 08 Recursos Especiais 07 já foram decididos pelo STJ, que julgou improcedentes os pedidos da AES Sul, não cabendo mais recurso.

Todas as empresas que deveriam efetuar pagamentos em decorrência da nova contabilização determinada pela CCEE em cumprimento à liminar foram citadas e apresentaram suas contestações nos autos da ação movida pela AES Sul visando anular o Despacho nº 288. A Companhia apresentou réplica a essas contestações em 09 de dezembro de 2009. As partes requeridas postularam provas documental e pericial. Em 06 de dezembro de 2011, foi indeferida a prova pericial e deferida prova documental suplementar. Após a

Notas Explicativas

apresentação dos documentos suplementares, o processo foi concluso para sentença.

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da AES Sul. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela AES Sul – e o Despacho nº 288 é legal, razão pela qual a AES Sul deve ser considerada devedora do mercado.

Em 11 de julho de 2012, a AES Sul (i) interpôs recurso de apelação contra a sentença que julgara improcedentes os seus pedidos na ação 2002.34.00.026509-0 com a finalidade de reverter tal decisão e (ii) ajuizou a Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região com a finalidade de obter antecipação de tutela recursal e, assim, impedir que a AES Sul possa ser objeto de cobranças de agentes do setor em decorrência das operações do MAE discutidas na ação que visa a anular o Despacho nº 288 até o julgamento do seu recurso de apelação.

Em 12 de julho de 2012, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida deferiu o pedido postulado pela AES Sul na Medida Cautelar para impedir que a AES Sul seja considerada inadimplente para com suas obrigações setoriais referentes ao período afetado pelo Despacho nº 288, e impedir, igualmente, que a AES Sul seja considerada devedora – e venha a sofrer cobranças de qualquer espécie – de quaisquer agentes do setor em decorrência de operações afetadas pelo Despacho nº 288 até o julgamento da apelação interposta. Tal decisão permanece vigente até a presente data.

A Companhia está, portanto, adotando todas as medidas legais cabíveis para reverter a sentença proferida em primeira instância na ação movida para anular o Despacho nº 288. Em razão de o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ter se manifestado, reiteradamente nos recursos incidentais na ação 2002.34.00.026509-0 e na aludida Medida Cautelar, pela ilegalidade do Despacho nº 288, a AES Sul mantém sua análise acerca da possibilidade de perda da ação.

A Companhia mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002 por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no montante de R\$437.800, conforme:

	R\$
Saldo no exercício findo em 31/12/2001	373.942
Receita registrada no exercício de 2002	63.858
(-) Provisão para perda com créditos referente a exposição decorrente de preços entre submercados registrada durante o exercício	(437.800)
Saldo líquido na conta de Consumidores e revendedores	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas

37.2 Conta de compensação de variação de custos da parcela “A” – CVA

A Lei nº 10.438/2002, em conjunto com diversas Portarias Interministeriais, sendo a última a de nº 361, datada de 26 de novembro de 2004, criou mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridas pelas distribuidoras de energia a partir de 26 de outubro de 2001. Esses custos são representados, principalmente por: (1) tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; (2) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (3) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC; (4) quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE; (5) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (6) compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; (7) encargos de serviços de sistema – ESS; (8) quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa; e (9) custos de aquisição de energia elétrica.

Cabe destacar também que os seguintes itens de custo da Parcela A têm a data de alteração de seus valores concatenada com a data de revisão ou reajuste tarifário da distribuidora: (1) energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; (2) energia comprada de CCEAR de origem hídrica (3) quota de reserva global de reversão – RGR; (4) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica; (5) encargos de conexão, inclusive aqueles decorrentes da entrada em operação de novos ativos de conexão; e (6) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC.

37.2.1 Período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - Variação de itens da parcela “A”

A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não gerenciáveis a partir de 25 de outubro de 2001, também para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Esses custos seriam recuperados através de aumento tarifário extraordinário, condicionado à adesão ao Acordo do Setor Elétrico proposto pelo Governo Federal e desistência de todos os pleitos e do direito de reclamar valores relativos à recuperação de custos não gerenciáveis ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2000, tanto em nível administrativo quanto em nível judicial.

A Companhia ajuizou diversas ações judiciais na Justiça Federal de Brasília, relativas aos custos de Parcela “A” não repassados às tarifas ao longo do período da concessão, nas quais foi realizada perícia técnica que reconheceu o prejuízo a ser repassado às tarifas. Em 2006 foram realizados laudos periciais em todas as ações, tendo a Companhia apresentado manifestação de ampla concordância com o perito, oportunidade em que também impugnou o laudo do assistente técnico da ANEEL.

A Companhia e a ANEEL apresentaram alegações finais entre junho e julho de 2007. Todos os processos estavam conclusos para sentença em agosto de 2007.

Notas Explicativas

Em 09 e 10 de agosto de 2010, seis desses processos foram sentenciados. Quatro dos seis processos foram julgados procedentes, determinando-se que o aumento dos custos da Parcela A causou impacto nas tarifas e que estes custos deverão ser repassados às revisões tarifárias. Uma das seis ações foi julgada parcialmente procedente para condenar a ANEEL a indenizar a Companhia na importância de R\$189 por serviços realizados no período de dezembro de 1999 a julho de 2000 sem a contrapartida tarifária, conforme apurado no laudo pericial, acrescido de correção monetária a partir de cada mês da prestação de serviços e de juros de 1% ao mês a partir da citação. A última ação sentenciada (2002.34.00.032146-9) entendeu existir litispendência parcial com a ação 2002.34.00.032143-8 em relação ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2001, e julgou improcedente o pedido.

Em 16 de agosto de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contras as quatro sentenças de procedência e contra a sentença de parcial procedência e em 24 de agosto de 2010, interpôs recurso de apelação à sentença de improcedência. Os embargos de declaração foram desacolhidos, tendo a Companhia interposto recurso de apelação nessas cinco ações em novembro de 2010.

As duas ações restantes foram sentenciadas em novembro de 2010, com o acolhimento do pleito revisional da Companhia. No mesmo mês foram opostos embargos de declaração pela Companhia, que restaram desacolhidos. Assim, em fevereiro de 2011 a Companhia interpôs recurso de apelação em ambos os feitos.

Todos os recursos já se encontram conclusos com a Desembargadora Relatora e possuem por escopo principal o acolhimento do pedido indenizatório da Companhia, em detrimento do pleito revisional de tarifas.

38. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do Proinfa; e (iii) compras através de Leilão (nota nº 27).

Notas Explicativas

As obrigações de compra da Companhia com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a Companhia está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real (nota nº 34.5.2.4.2).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (nota nº 27).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$25.994 e R\$10.730, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Diretores da
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações contábeis intermediárias correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 24 de fevereiro de 2012 e 31 de outubro de 2011, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 14º andar, Porto Alegre – RS, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2012.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Carlos de Oliveira
Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Regulatórios

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor de Performance e Serviços

Eduardo Girardi
Diretor de Operações

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 14º andar, Porto Alegre – RS, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2012.

Porto Alegre, 29 de outubro de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Carlos de Oliveira
Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Regulatórios

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor de Performance e Serviços